

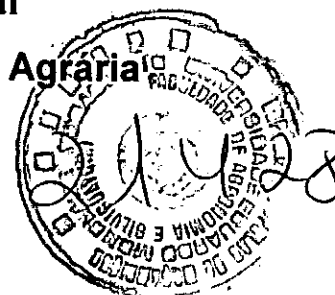
301.7
Mua

P.P.V. 73

PPV.73



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
Departamento de Produção Vegetal
Secção de Comunicação e Sociologia Agrária



TESE DE LICENCIATURA

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
COMUNIDADES
DO DISTRITO DE MASSINGIR NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO**

Autora: Rita Isabel Muando

Supervisora: dra. Antoinette van Vugt

Maputo, Dezembro de 2004

ÍNDICE	Página
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Lista de Abreviaturas	v
Lista de Quadros e Tabelas.....	vi
RESUMO	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema de Estudo e sua Justificação	2
1.2 Objectivos do estudo.....	3
2. MOLDURA TEÓRICA.....	4
2.1 Definições	4
2.2 Sustentabilidade de projectos.....	11
2.3 Organizações Tradicionais de Ajuda Mútua.....	13
2.4 Livelihoods (Modo de vida).....	15
2.5 Impactos que se vão operar nas Comunidades: Directos e Indirectos	16
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	18
3.1 Comunidade de Mavodze	20
3.2 Comunidade de Bingo.....	21
3.3 Comunidade de Massingir-Velho	21
3.4 Descrição das Infra-Estruturas.....	22
3.5 Parque Nacional do Limpopo	23
4. METODOLOGIA	24
4.1 Limitações.....	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
5.1 Estratégias Adoptadas pelas Comunidades para a sua Sobrevivência.....	28
5.1.1 Actividade Agrícola	28
5.1.2 Actividade Pecuária	30

5.1.3 Actividade Florestal	30
5.1.4 Poupança em Espécie (animais e produtos).....	31
5.1.5 Segurança Alimentar.....	32
5.1.6 Formas de acesso a terra	33
5.1.7 Formas de Ajuda Mútua.....	34
5.2 Percepção das Comunidades sobre a Implantação do PNL	34
5.3 Avaliação da Contribuição das Instituições e do Governo nas comunidades.....	37
5.3.1 Caracterização das Instituições e suas Actividades nas Comunidades	37
6. CONCLUSÕES	44
6.1 Comunidades e suas actividades.....	44
6.2 Percepção das comunidades sobre a implementação do PNL	45
6.3 Avaliação da Contribuição das Instituições e do Governo nas comunidades.....	46
7. RECOMENDAÇÕES.....	47
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS.....	53

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho:

À memória do meu irmão Carlos Rodolfo Muando;

Aos meus pais, Rodolfo Muando e Isabel David, por terem apostado na minha formação;

Aos meus irmãos, Adriano e Suzana, Valéria e Jorge, Marcos, Osvaldo, Stélio, João Maria Cecília e Berta, por me terem apoiado na minha formação.

Ofereço o presente trabalho:

Ao meu esposo Cecílio Grachane que, com muita paciência e carinho, acompanhou-me no decurso dos meus estudos;

Aos nossos filhos Xénia e Bulande Grachane, que apesar de tantas privações de carinho e afecto maternal, esperaram ansiosamente por este precioso momento.

AGRADECIMENTOS

Para que o presente trabalho fosse possível, contei com o apoio incondicional, sobre o qual estou profundamente agradecida das seguintes personalidades e instituições:

A dra. Antoinette van Vugt, minha supervisora, pela orientação académica, pela paciência e empenho em oferecer toda a sua colaboração;

O meu reconhecimento ao PNL, em especial, a Dra. Tanya e aos Eng^{os} Gilberto Vicente e Abel Nhalidede, pelo acompanhamento e colaboração na realização do trabalho de campo;

Ao Ministério do Turismo, na pessoa do Dr. Madope, pelo apoio material e sobretudo moral;

Ao Eng^o Massango pela informação prestada e disponibilidade;

Aos meus amigos: Carmen, Eng^a Fauna, Eng^a Maria Tanque e Paulino, Mária Sulemane e Joaquim, Eng^a Cidália, Maria de Assunção, Eng^o Massas, Paula Corda, dra. Fernanda Bernardo, Olga Maria, Nhampanze e Eng^o Aníbal;

Ao Eng^o Cecílio Grachane pelo apoio moral prestado para que esse trabalho se tornasse realidade;

As documentalistas da FAEF, as senhoras Isabel, Ana, Judite e Juvência por terem apoiado imenso ao longo da minha formação;

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação,

O meu muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACTF	Áreas de Conservação Trans-Fronteiras
AWF	African Wildlife Foundation
CEM	Conferência Episcopal de Moçambique
FNP	Fórum Natureza em Perigo
GKG	Gaza-Kruger-Gonaredzou
GNP	Gonaredzou National Park
KNP	Kruger National Park
MADER	Ministérioda Agricultura e Desenvolvimento Rural
MPF	Ministério do Plano e Finanças
ONG	Organização Não Governamental
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
PMA	Programa Mundial para Agricultura
PNL	Parque Nacional do Limpopo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TFP	Parque Transfronteira/Trans-Frontier Park
UICN	União Mundial para a Conservação da Natureza
UIP	Unidade de Implementação de Projecto
UNAC	União Nacional de Camponeses

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Lista de Quadros

Quadro 1: Tamanho da Amostra Proposta por Case, D' Arcy D., 1990.....	25
Quadro 2: Tamanho da Amostra para as Entrevistas Semi-Estruturadas	25
Quadro 3: Características Fundamentais de cada Instituição	40

Lista de Tabelas

Tabela 1: Responsabilidade pelas Machambas por A Ideia.....	60
Tabela 2: Principais Actividades Produtivas Desenvolvidas pelas Comunidades.....	60
Tabela 3: Principais Culturas Praticadas pelas Comunidades	60
Tabela 4: Principais Animais Criados pelas Comunidades	61
Tabela 5: Divisão Social de Trabalho nas Três Comunidades	61
Tabela 6: Utilização dos Recursos Florestais pelas Comunidades	61
Tabela 7: Poupanças em Espécie	62
Tabela 8: Fontes Alternativas à Agricultura para a Obtenção de Alimentos.....	62
Tabela 9: Formas de Acesso a Terra.....	62
Tabela 10: Principais Formas de Ajuda Mútua Praticadas pelas Comunidades.....	62
Tabela 11: Opinião das Comunidades Sobre a Implementação do PNL.....	36
Tabela 12: Opinião das Comunidades sobre as actividades desenvolvidas pelas Instituições.....	43
Tabela 13: Problemas Trazidos pelo PNL	63
Tabela 14: Principal Fonte de água.....	63
Tabela 15: Sexo do chefe do agregado familiar por Aldeia.....	63
Tabela 16: Foi devidamente informado sobre o PNL por aldeia	63
Tabela 17: Como é que ouviu falar sobre o PNL.....	64

ANEXOS

ANEXO 1 - Guião 1 para o Posto Administrativo de Mavodze	53
ANEXO 2 - Guião 2 para as ONG's em Massingir	55
ANEXO 3 - Guião 3 para as comunidades	56
ANEXO 4 - Tabelas	60
ANEXO 5 - Mapas.....	65
Mapa 1: Distrito de Massingir	65
Mapa 2: Posicionamento Regional do PNL	66
Mapa 3: Aldeias Abrangidas pelo PNL	67

RESUMO

O presente trabalho, subordinado ao tema "Análise das Estratégias de Sobrevivência das Comunidades do Distrito de Massingir, no Âmbito da implementação do Parque Nacional do Limpopo nas aldeias de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho" por amostragem, examina as condições em que vivem as famílias que, devido a implantação do parque, deverão abandonar os locais em que se encontram e suspenderem as actividades que neles praticam e iniciar nova vida em novos locais. Pretende-se com este estudo identificar as percepções destas comunidades em relação à implementação do parque.

Para a recolha de dados, recorreu-se às técnicas de entrevistas semi-estruturadas, observações simples e a conversas informais. Estes dados foram posteriormente agrupados e analisados usando os critérios de coincidência de padrões ("pattern-matching") e confrontação entre a teoria e a realidade encontrada no terreno.

A contribuição das instituições e/ou organizações que desenvolvem actividades junto das comunidades no interior do parque é avaliada através de três parâmetros, nomeadamente (i) seus objectivos; (ii) suas actividades e (iii) métodos de trabalho. Numa primeira análise, constatou-se que estas procuram directa e/ou indirectamente satisfazer as preocupações das comunidades, pese o facto dos objectivos traçados continuarem, de certo modo, longe de serem alcançados pois, há uma aparente falha das entidades do PNL, ao não manterem as comunidades informadas sobre os vários programas levados a cabo, contribuindo negativamente nas relações entre estas e o "Parque".

O estudo mostra que apesar do PNL ainda não ter iniciado com os projectos de desenvolvimento rural, as comunidades desenvolvem várias actividades produtivas como forma de assegurar a sua sobrevivência. Constatou-se também que estas comunidades não foram suficientemente informadas sobre o PNL e pouco envolvidas nas actividades futuras do PNL, pondo em causa alguns dos critérios pré-definidos para que a implementação de um projecto seja sustentável.

Por último, recomenda um conjunto de princípios que devem ser observados no estabelecimento do programa de reassentamento destas comunidades, de modo que (i) a sua estabilidade social; (ii) a sua segurança alimentar e (iii) o seu acesso e uso sustentável de recursos naturais estejam assegurados.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto de Áreas de Conservação Trans-Fronteiras (ACTF) e do desenvolvimento regional, os Governos de Moçambique, da África do Sul e do Zimbabwé assinaram, no dia 10 de Dezembro de 2002, um acordo que cria o Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo, resultante da unificação das actuais áreas de conservação faunística do Kruger National Park, Gonaredzhou National Park e da Coutada 16 das Repúblicas da África do Sul, do Zimbabwé e de Moçambique, respectivamente (“in Notícias, 12/12/02”).

Este acordo é considerado histórico por encerrar em si uma dimensão política, sócio-cultural, económica e sobretudo de preservação do ecossistema local em benefício das gerações vindouras. O parque ora criado, situa-se no extremo Noroeste da Província de Gaza, entre as latitudes 22^o 30'E a 24^o 10'E e longitudes 30^o 65'S a 32^o 35'S, no confinamento dos Rios Limpopo e dos Elefantes a Norte-Nordeste e Sul e com o Rio Shinguedzi no seu interior. Na parte Oeste é limitado pelo contíguo Kruger National Park, junto da fronteira com a África do Sul (IUCN, 2001).

A importância da implementação do Projecto apesar de grande, nem sempre se apresenta equilibrada entre as vantagens e desvantagens no seio dos agregados familiares pois, as cerca de 26,000 pessoas actualmente vivendo na zona abrangida pelo projecto foram marginalizadas do processo de tomada de decisões; entretanto, têm que abandonar a zona, mesmo apesar de mais de 50% desta população estar na faixa etária abaixo de 20 anos, constituindo, por isso, um grande potencial para força de trabalho que seria eventualmente empregue no Parque.

Para garantir o desenvolvimento sustentável desta zona, vários programas têm sido levados à cabo por várias instituições bem como pelo governo, sempre envolvendo as comunidades. Por sua vez, estas comunidades estão engajadas em diversas actividades, principalmente a agricultura de subsistência, pecuária, pesca, recolha de produtos florestais não madeireiros e à várias formas de ajuda mútua, para garantirem a sua sobrevivência.

É neste cenário e nesta região que se pretende conduzir o estudo sobre análise das estratégias de sobrevivência das comunidades do Distrito de Massingir no âmbito da implementação do PNL. Para tal, é importante saber que uma das actividades de grande impacto dentro do programa de estabelecimento do PNL, que vai culminar com a criação do Parque Trans-Fronteiriço do Grande Limpopo, é o reassentamento das comunidades que actualmente vivem dentro dos limites daquela área (Domingo, 24/10/04).

1.1 Problema de Estudo e sua Justificação

O governo de Moçambique aprovou a criação do Grande Parque Trans-Fronteiriço do Limpopo com vista a contribuir para o bem-estar da população através do desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, tendo como objectivos, conservar os ecossistemas do parque em benefício das presentes e futuras gerações e usar os seus recursos (fauna e flora) de forma sustentável para o desenvolvimento económico da região e gerar benefícios para as comunidades residentes dentro e ao redor do Parque.

O Parque ora criado tem no interior dos seus limites cerca de 26,000 habitantes que dependem maioritariamente dos recursos naturais nele existentes (terra para a agricultura de subsistência, zonas para a pastagem do gado, acesso a água e a materiais de construção precários). Com o estabelecimento do "Santuário" de Fauna Bravia e o desenvolvimento do turismo vão dificultar a convivência entre as comunidades de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho e os animais selvagens devido a disputa pelos recursos e pelo potencial do Rio Shinguedzi.

É pois este potencial do Rio Shinguedzi o centro de conflito entre o Projecto e as cerca de seis mil pessoas directamente afectadas pela sua implantação. Para a sua segurança, estas pessoas devem ser retiradas para zonas mais seguras; entretanto, a falta de informação adequada a respeito do impacto deste projecto nas suas vidas, o desconhecimento dos eventuais benefícios que venham obter e o desenvolvimento da legislação sobre o manejo sustentável de recursos naturais, fazem com que estas ofereçam alguma resistência em abandonarem a zona, porque a sua retirada dos seus

locais de origem implicará modificações no seu modo de vida habitual, o que pode causar um desequilíbrio nos valores morais e culturais. O presente trabalho pode servir de base para posteriormente ser confrontado com os resultados de estudos futuros que pretendam avaliar o impacto das actividades introduzidas no PNL.

1.2 Objectivos do estudo

Geral :

O principal objectivo deste trabalho é o de analisar as estratégias de sobrevivência das comunidades vivendo nas aldeias de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho (Distrito de Massingir) no âmbito da implementação do PNL, que pode servir de base para o programa de reassentamento destas comunidades em outro local de modo a que seja garantida: (i) a sua segurança alimentar; (ii) a sua estabilidade social e (iii) assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Específicos:

1. Descrever as actividades tradicionalmente praticadas pelas comunidades para a sua sobrevivência;
2. Identificar as percepções das comunidades sobre a implementação do PNL;
3. Avaliar a contribuição das actividades desenvolvidas por algumas instituições e pelo Governo envolvendo as comunidades.

2. MOLDURA TEÓRICA

Com a Proclamação da Independência Nacional em 1975, a propriedade da terra transformou-se numa questão nacionalista; a terra passou a ser do Povo e o Estado passou a ter a função de gerir a sua utilização (Negrão, 2001).

De acordo com a actual Lei Moçambicana, este princípio foi ligeiramente alterado, passando esta a ser propriedade do Estado, mas o acesso aos recursos nela contidos condicionado a quem possui o título que lhe dá direito de ocupação, uso e aproveitamento. No caso de comunidades locais, tais recursos estão disponíveis gratuitamente desde que se destinem ao consumo próprio (Matakala e Mushove, 2001).

A criação do PNL tem afectado os direitos adquiridos de uso e aproveitamento de Terra. A extinção do direito de uso e aproveitamento da Terra é um dos mecanismos que poderá garantir a redução de exploração de recursos naturais, assegurando assim a sua conservação e limitar o acesso aos recursos pelas comunidades locais, pondo em perigo a segurança de posse de terra, uso sustentável dos recursos e os benefícios que daí possam advir (Nhampossa, 2004).

É perante este quadro legal, francamente defensor da posse da terra pelas comunidades locais e estimulador do seu envolvimento na gestão e partilha dos benefícios provenientes da exploração dos seus recursos naturais que estas mesmas comunidades de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho apresentam reservas em relação à sua retirada pois acreditam não haver desenvolvimento enquanto não houver segurança na posse da terra.

2.1 Definições

Comunidade local

No contexto da nova lei de florestas e fauna bravia (Lei nº 10/99 de 7 de Julho), uma comunidade é o agrupamento de famílias e/ou indivíduos vivendo numa circunscrição territorial ao nível de localidade ou inferior, que visa salvaguardar os interesses comuns através de protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas (cultivadas ou em pousio),

florestas, locais de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão.

* **Agregado Familiar**

Agregado familiar é um grupo de pessoas ligadas ou não por laços consanguíneos, que habitam sob o mesmo tecto, comem em conjunto (da mesma panela), têm um orçamento comum e têm, como regra, um líder que pode ser homem ou mulher (2º Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997).

Organização

O conceito de organização depende do contexto em que o termo é referido. Não obstante esta diversidade de concepção, quase todas as definições convergem para o carácter comum do objectivo que leva as pessoas a filiarem-se nela.

Segundo Ferrinho (1991), organização é um processo através do qual a população desenvolve, principalmente, a capacidade para agir de forma concertada para adquirir, conservar e exercer o poder necessário para participação activa na gestão de qualidade da sua vida.

É evidente que a organização dos camponeses foi iniciada pelas formas tradicionais até as formas mais modernas (associações). Na maior parte dos casos, estas estruturas camponesas têm como objectivo interligar e facilitar a operacionalidade das diferentes actividades agrícolas bem como lutar contra as forças da natureza (riscos), (Boon, 1997).

Auto-organização

Organizações formadas por processos endógenos que por si são responsáveis pelo seu funcionamento (In Dicionário da Língua Portuguesa)

Participação activa

Groot (1996), diz que a necessidade de formas de desenvolvimento que se centrassem na realidade da população foram defendidas e sugeridas por diversos sectores e

individualidades. Segundo este autor, citado por Artur (1999), mostra uma forma de diferenciação que distingue participação “como meio” e participação “como fim”.

A participação “como meio” é como um pequeno exercício, com certos objectivos pré-defenidos, onde a população local é mobilizada e é directamente envolvida nas actividades, mas, a participação evapora logo que as actividades são completadas.

A participação “como fim” é um processo que , não tem objectivos pré-defenidos ou direccionados; é uma forma activa e dinâmica de participação que capacita a população rural a jogar um papel preponderante nas actividades de desenvolvimento.

Organização não Governamental (ONG)

Ginja (1993), citado por Cossa (1999), trata das ONG's como organizações que não fazendo parte do governo, dedicam-se voluntariamente ao desenvolvimento nacional ou regional, contando, às vezes, com ajuda internacional.

*** Renda Familiar**

É a forma através da qual os agregados familiares rendem directamente dinheiro para satisfazerem as necessidades do dia-a-dia (Pijnenburg et al., 2000).

*** Estratégias de Sobrevivência**

Para Pijnenburg et al.(2000), o termo “sobrevivência” associa-se a um estado de vida posterior a uma grande crise ou catástrofe. Estas crises podem provir de várias causas entre as quais a seca, cheias e/ou guerras. Em relação a produção agrícola, as estratégias dizem respeito a venda, troca ou consumo de produtos agrícolas.

Os agregados familiares não são uma unidade estática no tempo e no espaço. Assim, respondem com acções às aflições diárias que contrariam o curso normal das suas vidas. Low et al., (1998), indica que, tradicionalmente e no contexto de Moçambique, como forma de assegurar a sua sobrevivência, os indivíduos dependem largamente das redes extensivas de relações. Isto explica-se pelo facto das famílias moçambicanas

desenvolverem, para além das actividades que lhes garantem rendas monetárias, ajudam-se entre si nas suas necessidades do dia-a-dia.

Por seu turno, van Vugt (1992) define estratégias de sobrevivência como um mecanismo tradicionalmente encontrado pelas comunidades rurais para garantirem as condições de manutenção da família e minimização do risco. Para esta autora, as estratégias de sobrevivência são vistas como o meio de minimizar os riscos uma vez que a vida do camponês do sector familiar é caracterizada pela sua sensibilidade às mudanças bruscas e às calamidades naturais. Assim, tendo o pequeno camponês muito poucas reservas financeiras e/ou alimentares, é quem vê a sua produção agrícola correndo maiores riscos. Perante estes riscos e incertezas que afectam o sector agrário, os membros do agregado familiar diversificam as suas fontes de rendimento, envolvendo-se em múltiplas actividades para que o total da sua renda seja menos vulnerável às variações extremas. É assim, que grande número de famílias rurais se dedica a agricultura, usando a consociação como principal sistema de cultivo e a outras actividades de sustento, que dependem da disponibilidade de recursos e acesso dos agregados.

Ajuda Mútua

Rodrigues (1994), refere-se geralmente aos traços e formas de apoio recíproco em trabalhos quase sempre ligados aos amanhos culturais nas machambas, tais como a preparação da terra, a sacha, as colheitas, entre outros. Há vezes em que estes estão também ligados a construção de casas ou sua manutenção, como por exemplo, a reposição da cobertura. As pessoas convivem fortemente com familiares, amigos e vizinhos, de forma a tentarem resolver os seus problemas colectivamente. As actividades colectivas são baseadas nos hábitos tradicionais de ajuda mútua das comunidades, que são caracterizados pelas relações familiares extensas e pela forte convivência cultural de ajuda mútua e divisão de bens.

Vugt (1992), definiu ajuda mútua, como sendo um mecanismo tradicional encontrado pelas sociedades camponesas usando os sistemas de reciprocidade para garantirem a criação de condições para a manutenção das famílias e minimização de riscos.

Segurança Alimentar

É o acesso por todos os membros do agregado familiar a alimentação adequada em todos os tempos que permite desempenhar as actividades normais e vitais com dignidade (Vijfhuizen, 2000).

Acesso:

1. Lado da produção (disponibilidade): tecnologia de produção, adopção de tecnologia e factores de produção, sistemas de produção, perdas pós-colheita e infra-estruturas (acesso ao mercado);
2. Lado da procura (consumo): rendimento, redes de segurança, produção familiar (doméstica), distribuição inter-familiar.

Alimentação adequada:

Dieta adequada e balanceada, energia, calorias e nutrientes, diversidade, utilização, preservação e preparação da comida.

Em Todos os Tempos:

Vulnerabilidade e Estabilidade, posse de bens de produção e consumo, produtos, emprego, salário, saúde e proporção dos recursos utilizados na alimentação.

Para MPF (1998), o conceito de segurança alimentar preconiza a criação de condições que asseguram a obtenção de alimentos. O acesso físico e económico de todos os indivíduos em todas as alturas, à alimentação suficiente para poderem levar uma vida activa e saudável.

Manejo Florestal Comunitário

O manejo florestal comunitário pode ser definido de um modo geral como o controlo, uso e manejo de florestas pelas comunidades locais para o seu próprio benefício e sustentabilidade dos recursos a longo prazo. Os recursos florestais em si, podem abranger desde árvores, vida silvestre, peixe, água, ervas, até ao ecoturismo (Matakala, P., 1998).

Reassentamento

Refere-se ao acto ou efeito de assentar novamente, isto é, retirada das pessoas de uma determinada zona para zonas mais seguras (In Grande Enciclopédia).

Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

Refere-se ao controlo, uso e gestão legitimada e regulada dos recursos naturais pelas comunidades locais para o seu próprio benefício e sustentabilidade dos mesmos a longo prazo (Matakala, 2001).

Zona Tampão

Porção territorial circunvizinha à uma zona de protecção que forma uma faixa de transição entre as áreas protegidas e as de utilização múltiplas com objectivo de controlar e reduzir os impactos decorrentes da acção humana na zona de protecção respectiva (Lei nº 10/99 de 7 de Julho-Florestas e Fauna Bravia).

Áreas Comunitárias

São todas aquelas terras cujo uso e aproveitamento é reclamado pelas comunidades locais (Matakala e Mushove, 2001).

*** Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolvimento sustentável é baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente, permitindo que as gerações futuras também satisfaçam as suas necessidades (Lei nº10/99 de 7 de Julho- Florestas e Fauna Bravia).

Parque Nacional

Zonas de protecção total, delimitadas e destinadas a propagação, protecção, conservação e maneio da vegetação e de animais bravios, bem como a protecção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético ao interesse e para recreação pública e representativos do património nacional (Lei nº 10/99 de 7 de Julho-Florestas e Fauna Bravia).

Área de Conservação

Significa uma área designada para a conservação (Lei nº 10/99 de 7 de Julho - Florestas e Fauna Bravia).

*** Desenvolvimento Rural**

Desenvolvimento é um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, educação, a produção, o consumo e o bem estar. Nesta perspectiva considera-se como sendo um processo endógeno, que surge a partir do foro interior da sociedade, definindo de forma soberana a sua visão e contando inicialmente com as próprias forças e só depois com as forças dos que querem apoiar, porque partilham os seus problemas (MADER, 2000).

Para o MADER, o desenvolvimento rural passa por uma abordagem multisectorial numa intervenção centrada nos actores, na qual o homem desempenha um papel primordial. O fortalecimento das organizações de base local e/ou comunitária e a promoção da comunicação horizontal pautando-se pela realização de acções que estimulem o desenvolvimento endógeno e participativo que responda as necessidades, anseios e aspirações das comunidades locais, é uma das estratégias usada por esta instituição para melhorar a vida da população rural. Neste caso, a participação comunitária aparece como o aspecto mais importante pela necessidade de envolver directamente as comunidades locais no processo de desenvolvimento, e é um requisito fundamental para que as intervenções de desenvolvimento rural sejam sustentáveis.

Recursos Naturais

É tudo quanto a natureza oferece e pode ser usado para satisfazer uma necessidade humana em energia, alimentos ou matéria prima. Mushove, 1998, completa a definição apontando para tudo quanto a natureza oferece e que contribuí de forma essencial para a segurança alimentar dos lares.

Uso dos recursos naturais pelas comunidades

De acordo com a lei Moçambicana, a terra é propriedade do Estado, mas o acesso aos recursos nela contidos está em função de quem tem o direito de ocupação e/ou de uso e aproveitamento. No caso de comunidades locais, tais recursos estão disponíveis gratuitamente desde que se destinem ao consumo próprio (Matakala e Mushove, 2001).

Nas áreas de protecção (parques nacionais, reservas florestais e outros locais), a insegurança durante a guerra, por exemplo, facilitou a sua "invasão" ou "anexação" de parte da área de protecção. O modelo mais conhecido desta invasão envolve a ocupação ilegal das zonas periféricas da área de protecção com tendência a penetrar para o interior (Matakala e Mushove, 2001). Uma vez instaladas dentro da área de protecção, as comunidades quase sempre tentam efectuar ou formalizar a sua presença através da edificação de construções e desenvolvimento de actividades agrícolas. Foi deste modo que hoje em dia, quase todos os parques nacionais e reservas florestais tem habitantes no seu interior.

***Sustentabilidade**

O IFAP (1990) define sustentabilidade como a continuidade das actividades pela comunidade/grupo alvo por longo prazo sem a destruição dos recursos naturais básicos, depois de cessar o suporte técnico e financeiro da instituição/projecto.

2.2 Sustentabilidade de Projectos

Para Kanshahu (1996), o conceito de sustentabilidade é baseado na crença de que a implementação de projectos deve resultar em benefícios que tenham efeitos duradouros e este não podia consumir uma quantidade apreciável de recursos. Desta forma, a implementação de projectos deve ir ao encontro das necessidades do momento sem pôr em risco as habilidades das futuras gerações e deve produzir bens e serviços de uma forma contínua.

Para a análise de sustentabilidade de um projecto, Kanshahu (1996), propõe o seguinte conjunto de condições específicas de sustentabilidade a serem satisfeitas de modo a considerar-se um projecto de sustentável:

1. Baixo custo: o projecto deve precisar de investimentos a baixo custo;
2. Capaz de se adaptar aos conhecimentos locais: o projecto deve fazer uso dos conhecimentos que são facilmente obtidos localmente, com ou sem treinamento especial;
3. Uso dos recursos locais: o projecto deve fazer o uso em grande medida do material local;
4. Os resultados devem ir ao encontro das necessidades básicas da população local: os produtos e/ou serviços devem ir ao encontro das necessidades dos beneficiários;
5. Substituição de impostos e poupanças de moeda externa;
6. Criação de emprego: o projecto deve criar postos de trabalho;
7. Gerar lucros: o projecto deve gerar lucro ou um excedente para que o torne sustentável;
8. Harmonia ambiental: a actividade do projecto deve conservar a harmonia ambiental;
9. Tecnologia simples e fácil de aprender;
10. Continuidade da produção: o projecto deve ter um sistema de manutenção que permite a continuidade do processo de produção mesmo depois da cessação do suporte financeiro e de gestão externa;
11. Instituições de apoio: um projecto sustentável deve ter planos que assegurem a continuidade através de instituições de apoio.

Entretanto, este autor é de certo modo omissos ao se referir apenas a procura da preservação dos recursos de maneira a garantir para as gerações futuras iguais condições de desenvolvimento – a igualdade entre gerações – mas ao não se referir à necessidade de haver um maior equilíbrio no acesso aos benefícios do desenvolvimento.

✧ 2.3 Organizações Tradicionais de Ajuda Mútua

A região sul de Moçambique é estruturalmente deficitária na produção de alimentos, devido a combinação de solos pobres e precipitações com padrão errático. A produção agrícola de subsistência cobre parcialmente as necessidades alimentares da região.

A população, maioritariamente rural, recorre a uma combinação de actividades para obter recursos monetários e aceder aos alimentos através do mercado, sem deixar de lado os sistemas de ajuda mútua, trocando mão-de-obra por alimentos (Oxfam-Bélgica, 2002).

Segundo van Vugt (1992), na maior parte dos países subdesenvolvidos do Mundo e de África em particular, os camponeses estão expostos e sujeitos a diversos riscos. E como forma de absorver a estes riscos, os camponeses usam várias estratégias de sobrevivência ou de sustento. A maior parte destas estratégias funciona na base de grupos de camponeses baseados na ajuda mútua, que segundo as suas características, podem chegar a constituir organizações, associações ou simples grupos de ajuda mútua. São a seguir indicadas algumas estratégias identificadas por van Vugt (1992) e adoptadas pela população camponesa, baseadas na ajuda mútua.

Tsima

Tsima é a realização de uma operação pontual, seguida de celebrações que inclui a preparação de bebidas e comidas tradicionais para oferecer as pessoas que proporcionaram a ajuda. Com o “tsima”, realizam-se trabalhos que representariam altos encargos em mão-de-obra e cuja execução deve ter lugar com rapidez para evitar perdas na produção agrícola. Esta forma de organização tradicional camponesa funciona na base de um grupo “fixo” que colabora durante muito tempo e que tem as suas regras internas e a sua hierarquia. Os membros têm um objectivo comum – a ajuda mútua.

Cofunana

Cofunana é um sistema rotativo de mão-de-obra que não inclui a “celebração” envolvendo a oferta de comida e bebida aos participantes, depois da jornada de trabalho. É especialmente organizado por camponeses pobres que, normalmente,

trabalham durante alguns dias seguidos nas suas respectivas machambas, de uma forma rotativa. Para não ficarem uma semana fora das suas machambas, podem fazer “cofunana” durante dois ou três dias por semana.

Tsone

Tsone são pequenos grupos, de três a quatro famílias, que se organizam por necessidade de desenvolver com grande rapidez as actividades agrícolas. Os grupos funcionam em resposta às chuvas tardias, cheias, grande risco da perda das culturas por ou outro tipo de calamidade natural.

Xitique

O xitique é uma espécie de um sistema de poupança e crédito informal que não inclui o conceito de juro, no qual duas ou mais pessoas, na base de confiança mútua gerada com base em relações de amizade ou profissionais, financiam-se mutuamente de forma rotativa numa base diária, semanal ou mensal num determinado montante fixo (Dava, et al., 1998).

Para van Vugt (1992), o xitique é uma das formas de ajuda mútua ligada ao crédito e poupança. Pratica-se em todas as zonas rurais e urbanas do país, com destaque para os camponeses do sector familiar que possuem alguma capacidade financeira.

O xitique é uma forma de ajuda mútua que varia conforme o lugar onde se realiza e o tipo de participantes do grupo. As pessoas fazem o xitique por duas razões:

1. O camponês que recebe o total do dinheiro tem a possibilidade de comprar coisas de valor um pouco acima do das suas posses normais ou até pode realizar uma actividade para a qual, normalmente não tem dinheiro suficiente;
2. Os camponeses utilizam especialmente o xitique nos períodos vegetativos das culturas; nesta altura, os camponeses em geral tem falta de dinheiro.

Ainda segundo van Vugt (1992), estas formas de apoio mútuo são usadas como uma estratégia de sobrevivência, na medida em que são vistas como um meio para a minimização de riscos.

2.4 Livelihoods (Modo de vida)

Os *livelihoods* consistem nas capacidades, recursos (materiais e sociais), e nas actividades necessárias para a sobrevivência. Um *livelihood* é sustentável quando ele pode enfrentar o “stress” (o impacto) e recuperar, mantendo ou expandindo a sua capacidade e seus bens, tanto no presente quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base (DFID, 1999).

Waterhouse (2001) citando Long (1997:11), define o conceito de *livelihoods* como estratégias de sustento quotidiano, que segundo a mesma, não são apenas uma questão de abrigo, dinheiro ou comida. As estratégias de sustento quotidiano também implicam relações, identidades, estatuto e muitas outras coisas. *Livelihoods* expressa melhor a ideia de indivíduos e/ou grupos que lutam para ganhar a vida, tentando satisfazer as suas diversas necessidades de consumo e económicas, fazendo frente às incertezas, respondendo a novas oportunidades e escolhendo entre diferentes posições de valores.

Ellis (2000) seguindo a perspectiva de Carney (1998), diz que o conceito de *livelihoods* abrange os bens capitais (naturais, físicos, humanos, financeiros e sociais), as actividades e o acesso a estes (mediado pelas instituições e relações sociais), que determinam a maneira de ganhar a vida. Outros conceitos usados por este autor para entender *livelihoods* é a diversidade e diversificação, em que o primeiro termo refere-se a diferentes fontes de rendimento e as suas determinantes-relações sociais.

O segundo refere-se a criação de diversidade nos processos sociais e económicos, como reflexão dos factores: pressão e oportunidade, que causa a adopção de estratégias de *livelihoods* pelas famílias rurais. Em resumo para este autor *livelihoods* diversificado nas zonas rurais é um processo a partir do qual as famílias rurais constroem um vasto leque

de actividades e recursos numa ordem de sobrevivência (resistência aos choques) e melhoria do seu padrão de vida.

2.5 Impactos que se vão operar nas Comunidades: Directos e Indirectos

Nos directos, encontram-se todos aqueles que ocorrem ao mesmo tempo que se implanta o PNL. A título de exemplo, pode ser indicada a proibição da caça, limitação do acesso às zonas de cultivo, invasão das machambas pelos animais, entre outras. Esta situação faz com que estas comunidades, embora ainda não estejam a atravessar períodos críticos, já recorrem à alternativas para assegurar a sua dieta alimentar.

No grupo dos impactos indirectos, estão integrados todos aqueles cujo efeito não se faz sentir imediatamente após a sua ocorrência, quer no tempo assim como no espaço, mas que estão associados ao fenómeno. Podem ser indicados, à título de exemplo, todos os problemas associados a retirada das comunidades dos actuais locais e o conjunto de arranjos que serão necessários fazer para a sua integração nos locais de reassentamento; outro exemplo que pode ser apresentado é o da eventual perda de protagonismo das autoridades locais (tradicional).

Dentro destes dois grandes grupos, foram identificadas áreas específicas nas quais estas mudanças mais se fazem sentir:

1. Aspectos Humanos:

Esta categoria refere-se a forma como as comunidades interagem entre si e com o ambiente. Esta interação é geralmente complexa e a sua análise requer o escrutínio cuidadoso de todas as actividades desenvolvidas e a relação entre elas;

1.1 Padrão de vida

As actividades sociais obrigam as pessoas a organizarem-se em comunidades, seguindo uma estrutura organizacional que pode variar em função do interesse comunitário. Ao se transferirem as famílias para outros locais, esta estrutura ficará afectada dando origem a um momento de crise, pelo menos em relação aos pontos de interesse comum, como as

formas de ajuda mútua, por exemplo. Até que as novas comunidades se formem, desenvolvam relações de confiança e identifiquem os seus interesses comuns, por algum momento de crise terão que passar.

1.2 Necessidades das Comunidades:

De um modo geral, as comunidades necessitam de uma série de serviços, o de abastecimento de água, saúde, educação, entre outros. Dedicando-se estas comunidades às actividades agro-pecuárias e beneficiando nas actuais zonas de apoio dos serviços distritais de agricultura, ao serem transferidas, será necessário prever igual ou melhores serviços, por exemplo, nos programas de assistência ao gado (vacinação, estabulação, promoção de feiras, zonas de pasto).

2. Aspectos Económicos:

O potencial impacto na estrutura económica resultante de um projecto desta envergadura, reflecte-se directamente nas trocas comerciais e no custo dos serviços a elas associadas. Algumas destas comunidades têm a sua rede comercial estabelecida e uma série de produtos aos quais se lhes atribui valor comercial. Para os agregados que dependem na sua maioria da compra e venda de produtos, qualquer mudança na sua área geográfica de acção, implica o desencadeamento de um longo e complexo programa e pesquisa de mercado.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – DISTRITO DE MASSINGIR

Segundo dados sobre o GKG-TFP (IUCN, 2001), de um modo geral, os principais meios de sobrevivência nas zonas rurais são a agricultura e a pecuária, variando de região para região em função da importância que cada comunidade atribui a cada uma destas actividades. Outras fontes de sobrevivência provêm de rendimentos gerados através da prática da actividade comercial ou venda da força de trabalho nas minas da África do Sul.

Em Dezembro de 1995, o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criaram o projecto de Mapeamento de Desenvolvimento Distrital (DDM). De acordo com este projecto, o Distrito de Massingir fica localizado na parte Oeste da Província de Gaza e constituído por três postos administrativos (Massingir, Mavodze e Zulo), tendo a capital (Massingir) oito localidades. A população é estimada em 41,182 habitantes. O distrito tem uma superfície total de cerca de 5,858 km² o que resulta numa densidade populacional de 7 habitantes por km².

A actividade governativa é complementada por outras figuras locais, como a autoridade tradicional, as igrejas e os curandeiros, cuja área de actuação é basicamente na resolução de conflitos sociais a nível da comunidade. Esta função é reconhecida pelas estruturas administrativas do distrito, que consideram importante o papel destes actores. A Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural é uma das instituições que, dentre as várias, se encontra representada no distrito.

A agricultura é a actividade dominante, envolvendo a maioria das famílias. A área cultivada pelo sector familiar é de 5,360 hectares o que corresponde cerca de 1% da área total do distrito. A densidade populacional é baixa, não se registando conflitos significativos pela posse da terra e no aproveitamento do seus recursos (água, lenha, áreas para pastagem, entre outros recursos). O direito de uso e posse de terra é transmitido por herança. A área mais a sul tem uma densidade populacional maior, exigindo a realização de duas colheitas por ano (DDM, ACNUR, 1995).

As principais culturas alimentares do sector familiar são o milho, a mapira, o feijão, o amendoim, a mandioca e a mexoeira, que constituem a base da dieta alimentar. A cultura praticada por todos eles é o milho. O feijão nhemba é cultivado por 90% e o amendoim por 40%, enquanto 15% cultivam mapira e o feijão manteiga. Também cultivam-se algumas hortícolas sendo as mais frequentes as de abóbora, alface, alho, cebola, couve, melancia, pimento, repolho e tomate, constituindo o tabaco a principal cultura de rendimento. Segundo as autoridades administrativas, a principal cultura comercializada pelas famílias do distrito é o milho que é, simultaneamente, a base para a dieta alimentar e a única cultura com algum valor comercial (FAO,1996).

Neste distrito, são raras as vezes em que as famílias que compõem as comunidades investem em fertilizantes e pesticidas na agricultura do sector familiar. Para manter ou melhorar a fertilidade do solo, as famílias recorrem essencialmente a rotação de culturas e, por vezes, ao pousio, para além do uso de alguns adubos orgânicos, sendo mais comum a incorporação de restos de plantas e detritos armazenados (MSF/DDM, 1996).

O trabalho no campo, depende em larga escala da mão-de-obra familiar, mas tem sido prática corrente o recurso ao trabalho assalariado e a meios mecanizados, ainda que em pequena escala.

A produção agrícola é relativamente baixa; entretanto, a zona beneficia de uma boa integração no mercado, tornando a actividade agrícola potencial na geração de rendimentos. A produção da colheita principal na zona não cobre na totalidade as necessidades da população, as quais só são satisfeitas com as segundas colheitas, com rendimentos não agrícolas ou com outros mecanismos de subsistência, tais como a venda de bebidas tradicionais, produtos agrícolas, lenha, pesca, ganho-ganho, dinheiro enviado por familiares a trabalharem na RSA, artesanato e a salários do pequeno número de funcionários (FAO/PMA, 1996).

Este distrito tem boas condições para o desenvolvimento da actividade pecuária, especialmente de pequenos ruminantes, devido a grande extensão das zonas de

pastagem. Os animais mais importantes para o consumo dos agregados familiares são as aves, suínos, caprinos e bovinos, atribuindo-se aos dois últimos grande importância comercial pois, em relação aos bovinos, por exemplo, para além do consumo em si, são também utilizados para a tracção animal, cerimónias e lobolo.

O distrito dispõe de um número muito reduzido de furos de água que garantem apenas o fornecimento de água a uma pequena parte da população durante todo o ano, sendo as localidades de Ringane, Cub e Massingir as mais afectadas por esta carência de água. A única instituição bancária a operar no distrito é o Banco Austral, não concedendo qualquer tipo de crédito, apesar da grande necessidade dos agentes económicos locais.

3.1 Comunidade de Mavodze

A Comunidade de Mavodze pertence ao Posto Administrativo de Mavodze, situando-se a 22 km da Vila de Massingir (distrito). Esta comunidade é maioritariamente constituída por famílias que viviam nas margens do Rio dos Elefantes, no Distrito de Guijá. Após a independência de Moçambique e numa iniciativa de as colocar em zonas mais seguras (menos propensas às inundações do Rio dos Elefantes), a população foi então acomodada em Mavodze, designação proveniente do Chefe da Tribo Valoi. Com o início da guerra civil, as populações refugiaram-se na vizinha África do Sul e com o fim desta, algumas retornaram às suas zonas de origem.

Esta aldeia é habitada por cerca de 161 agregados familiares, resultantes de casamentos maioritariamente polígamos, chegando cada homem a ter até 7. Estas uniões seguem o ritual tradicional do lobolo que é feito mediante a entrega aos pais da(s) noiva(s) numerosas cabeças de gado bovino (Comunicação oral com o líder comunitário).

As fontes de rendimento mais importantes são a venda de produtos colhidos das machambas e a venda de animais por parte de alguns agregados familiares. A maioria das famílias tem mais de duas (2) machambas para a produção de milho, mandioca, amendoim, abóbora, batata-doce, feijões, entre outros artigos. Para além dos rendimentos resultantes da venda dos produtos agrícolas, um número considerável de famílias dependem das remessas enviadas da África do Sul pelos familiares (Vide Mapa 3).

3.2 Comunidade de Bingo

O nome Bingo atribuído a esta comunidade provém de um antigo chefe tribal que resolvia todos os conflitos que existiam na zona. Esta comunidade pertence ao Posto Administrativo de Mavodze, distrito de Massingir, sendo constituída por 61 agregados familiares, maioritariamente adultos e falantes da língua shangane. Embora não se tivesse tornado possível confirmar no terreno, o estabelecimento desta comunidade neste local, também se deveu à necessidade de a acomodar em zonas menos vulneráveis às cheias. Entretanto, devido às cheias do pretérito ano de 2000 fizeram com esta comunidade fosse reassentada 14 km mais distantes da Sede do Posto Administrativo, para a sua defesa (Conversa oral com o líder comunitário).

Nas zonas baixas as famílias praticam hortícolas e milho, enquanto que nas zonas altas a população pratica culturas de sequeiro tais como feijões, milho, batata-doce, amendoim e mandioca. Não existe nenhuma actividade comercial nesta aldeia.

Esta comunidade preserva alguns lugares tidos como sagrados, devendo o seu acesso e/ou ocupação obedecer a observância de consultas e/ou rituais conduzidos pelo Líder Comunitário que, coincidentemente, é filho do antigo chefe tribal (Vide Mapa 3).

3.3 Comunidade de Massingir-Velho

É uma comunidade que pertence ao Posto Administrativo de Mavodze, distando cerca de 17 km da sede (Mavodze). Esta aldeia é habitada por uma população de 129 agregados familiares resultantes de uniões polígamas (cerca de 5 mulheres para cada homem), adaptado da conversa com o líder comunitário.

A actividade agrária constitui a principal fonte de sustento das famílias com ambas, a produção vegetal (milho, feijões, mandioca, abóbora e amendoim) e a produção animal (bois, cabritos, galinhas e patos), bem desenvolvidas. Nesta aldeia a actividade comercial é quase nula, deslocando-se à vila para a compra de produtos (Vide Mapa 3).

3.4 Descrição das Infra-Estruturas

As aldeias possuem infra-estruturas consideradas básicas para desenvolver as condições de vida, que são: escola (convencional em Mavodze, e com material local em Bingo e Massingir-Velho), posto de saúde (Mavodze), e água potável (Massingir-Velho).

Os meios de transporte usados são carrinhas que geralmente são “chapas”, motas e bicicletas. Os chapas saem das aldeias de Mavodze, Massingir-Velho e Bingo até a vila de Massingir para fazer algumas compras, mas o regresso está dependendo do número de pessoas que se deslocam para as aldeias assim como para a vila.

Os sistemas de comunicação mais usados nestas três aldeias são os recados enviados com crianças de um agregado para o outro ou ainda para aldeias vizinhas. E quando se trata de informação sobre o Projecto do Parque, o líder comunitário de cada aldeia é que se encarrega de convocar as comunidades para as reuniões.

Dizer que o projecto da instalação de fontanários nas aldeias de Mavodze e Bingo está em curso e foi adjudicado a empresas sediadas em Maputo (PROFURO e EPAR), só que este processo está sendo bastante lento, porque o PNL, ainda não definiu qual será o futuro das comunidades que se encontram directamente afectadas pelo projecto do Parque, assim sendo estas duas aldeias tem como fonte de água, os rios Shinguedzi e dos Elefantes, que é usada para o consumo doméstico. Em relação a água usada para a agricultura, é somente a da chuva, o que torna as comunidades vulneáveis e sujeitas a grandes riscos.

Dos instrumentos usados para a prática da agricultura, as comunidades das três aldeias mostram-se preocupados em possuir (comprar, pedir emprestado, alugar, trocar e ser oferecido), os seus meios de produção (charruas, enxadas, foices, catanas, semente local, adubos naturais). Uma pequena percentagem os aluga, por existirem em Bingo e Massingir-Velho famílias que não possuem gado e optam por pagar um valor de cerca de 50.000,00 Mts por uma dada área previamente definida. Neste grupo estão as senhoras viúvas e/ou abandonadas pelos maridos. Uma fonte alternativa de acesso aos

meios de produção consiste na sua obtenção gratuita através do governo distrital e, normalmente para fazer face às mais variadas calamidades que têm fustigado a zona, destacando-se as últimas cheias (Comunicação oral feita pelo chefe do Posto Administrativo de Mavodze).

3.5 Parque Nacional do Limpopo

O PNL tem uma superfície de cerca de 577,694 ha e situa-se no extremo Noroeste da Província de Gaza, entre as Latitudes 22^o 30'E e 24^o 10'E e Longitudes 30^o 65'S, entre os Rios Limpopo e dos Elefantes a Nordeste e Sul, respectivamente. Na parte oeste é limitado pelo Parque Nacional de Kruger na fronteira com a República da África do Sul (Mapas 2 e 3).

A proclamação da ex-Coutada 16 como PNL foi um grande passo dado pelo Governo moçambicano na sequência da assinatura em Dezembro de 2002, do acordo que cria a Grande Área de Conservação Transfronteiriça, que cobre uma área de 35,000 km².

O PNL faz parte da Grande Área de Conservação Transfronteiriça, na qual os processos ecológicos são mantidos efectivamente, contribuindo para o bem-estar da população de Moçambique através do subsistente desenvolvimento do turismo ecológico e cultural e do uso dos recursos sem prejudicar os objectivos de conservação do Parque (Plano de Gestão e Desenvolvimento do PNL, 2003).

O PNL foi concebido para satisfazer os seguintes objectivos:

1. Conservar os ecossistemas do parque em benefício das presentes e futuras gerações, como área de património mundial e parte integrante do PTGL, que inclui os Parques Nacionais do Kruger (África do Sul), do Gonarhedzou (Zimbabwe) e do Limpopo (Moçambique) e
2. Usar os recursos da fauna e flora do parque de forma sustentável para o desenvolvimento económico da região e gerar benefícios para as comunidades residentes dentro e ao redor do Parque.

4. METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho compreende três fases:

1ª Fase – Elaboração do Protocolo

Com base na revisão bibliográfica e na visita de reconhecimento à área de estudo, fez-se o levantamento bibliográfico dos hábitos das comunidades vivendo na região, tendo presente as formas de ajuda mútua tradicionalmente praticadas pelas comunidades. Especial atenção foi dada aos mecanismos usados para o aumento da sua produção e das fontes de rendimento. Em seguida, elaborou-se a proposta de estudo.

2ª Fase – Trabalho de Campo

O trabalho de campo decorreu de 23 de Outubro a 7 de Novembro de 2003, no Distrito de Massingir, Posto Administrativo de Mavodze, nas aldeias de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho. A recolha da informação foi feita através da condução de entrevistas semi-estruturadas, a informantes-chave e a alguns representantes das instituições que operam no terreno pois, pareceu a forma mais adequado para a obtenção de informação acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. Para além disso, permite também obter dados sobre a estrutura social e económica (Pijenburg, 2000). Antes de se iniciarem as entrevistas, a Candidata foi apresentada as três comunidades assim como esta fê-las saber dos seus propósitos, tendo, na altura, solicitado a colaboração de todos nas actividades que se seguiam.

Os dados foram colhidos nas residências das famílias e nas machambas onde trabalham, por forma a ter uma visão mais ampla em relação a informação por elas fornecida.

Para a condução destas entrevistas foram usados três guiões:

1. Guião 1 - Entrevistas ao Posto Administrativo de Mavodze e alguns informantes-chave;
2. Guião 2 - Entrevistas aos representantes das ONG's (UICN, ORAM, FNP, AWF e CÁRITAS); e
3. Guião 3 - Entrevistas aos agregados familiares.

No total foram entrevistados 64 elementos, dos quais 1 Administrador do distrito, 1 chefe do posto Administrativo de Mavodze, 1 representante do PNL, 4 informantes chaves, 5 representantes das ONG's e 52 agregados familiares (30 homens e 22 mulheres). Para a definição do tamanho da amostra dos agregados familiares, foi usado o modelo proposto por Case, D'Arcy D., 1990, tal como é indicado nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1: Tamanho da Amostragem em Função do Tamanho Total da Amostra Proposta por Case, D'Arcy D., 1990

Amostra Total	Amostra Sugerida	Percentagem
100	15	15%
200	20	10%
500	50	10%
1000	50	5%

Quadro 2: Tamanho da Amostra para as Entrevistas Semi-Estruturadas

Aldeias	Amostra Total	Amostra Sugerida	Percentagem
Mavodze	161 agregados	24	15%
Bingo	61 agregados	9	15%
Massingir Velho	129 agregados	19	15%

A escolha das comunidades de Mavodze, Bingo e Massingir Velho como aldeias para a condução deste trabalho teve como base o facto destas se localizarem ao longo da bacia do Rio Shinguedzi, e por ser considerada a bacia de desenvolvimento de ecoturismo, compreendendo uma área de cerca de 3,700 km². A população que nela habita é directamente afectada pelo estabelecimento do "Santuário" de Fauna Bravia, sendo, por isso, a que mais preocupa as entidades do Parque no programa de reassentamento voluntário em curso (IUCN, 2001).

Seguiram-se as entrevistas semi-estruturadas (técnicas de recolha de dados com base num guião em que se podem saltar as perguntas e voltar ao tópico de tal forma que se

cubram todos os assuntos nele mencionados, Pijenburg e Cavane, 2000), em língua portuguesa e local com a duração de 30 a 45 minutos aos membros dos agregados familiares e/ou a alguns informantes-chaves, usando o critério de aleatoriedade devido a necessidade de equilibrar o número de homens e mulheres a inquirir no estudo, isto durante os encontros de apresentação. Para tal, um guião foi previamente preparado, procurando obter registos sobre os elementos de maior relevo e que estivessem intrinsecamente ligados às actividades agrícolas desenvolvidas, em termos dos critérios usados para a divisão das tarefas, dos recursos possuídos pela família, pelos elementos do seu agregado e problemas por eles enfrentados.

As entrevistas foram conduzidas família por família, separadamente, mas sempre acompanhadas pelos líderes comunitários de cada aldeia. Sempre que se julgasse necessário, as entrevistas eram acompanhadas por observação directa (técnica de recolha de dados, que permite observar o comportamento real e que não precisa de interpretação, esta técnica é tida como complemento de outras técnicas, Pijenburg e Cavane, 2000); pretendeu-se com esta metodologia obter com o maior e melhor detalhe, elementos adicionais que permitissem completar algumas das respostas dadas pelos agregados familiares entrevistados de modo a que tal informação pudesse ser validada (Guiões 1, 2 e 3, Anexos 1, 2 e 3).

3ª Fase – Análise de Dados

Depois da recolha dos dados no campo, estes eram organizados e codificados no final de cada dia de trabalho e através da folha de cálculo do programa Excel, era feita a análise de frequências. A análise dos dados obedeceu os seguintes critérios:

1. **Co incidência de padrões (“pattern matching”)** - de acordo com (Matakala, 1998), é um método que envolve a junção de respostas similares, explicação das diferenças e obtenção de conclusões relevantes, a partir desta análise. A coincidência de padrões é similar a análise de distribuição de frequências na análise quantitativa.

2. **Confrontação da teoria com a realidade (dados colhidos)** - com este método, pretende-se fazer uma comparação entre a teoria aqui apresentada pelos diferentes autores e a realidade encontrada no terreno.

4.1 Limitações

1. A primeira grande limitação prendeu-se com a resistência oferecida pelas comunidades no fornecimento de informação; as pessoas recusam-se a falar, alegando que esta informação seria passada ao Governo que implementou o Projecto do Parque Nacional do Limpopo, com a intenção de retirá-las das aldeias;
2. As vias de acesso encontram-se em péssimas condições e as distâncias entre as aldeias são enormes, difíceis de serem vencidas;
3. Nos inquéritos, mais perguntas poderiam e deveriam ter sido feitas; entretanto, à medida que este se torna longo, as pessoas tendem a despachar as respostas, distorcendo a informação prestada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Estratégias Adoptadas pelas Comunidades para a sua Sobrevivência

Nas estratégias de sobrevivência das famílias rurais das comunidades de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho, as mulheres são as principais responsáveis pelo auto-sustento, através da sua forma regular e constante de trabalho em prol do sustento da casa (Tabela 1). A tabela mostra que dos 52 entrevistados nas aldeias em estudo, a mulher é responsável pela machamba (52%), exceptuando alguns casos em Mavodze e Massingir-Velho onde o homem participa nos trabalhos da machamba em conjunto com a mulher (29%).

No geral fala-se mais de fome quando se registam dificuldades de ocorrência ou ausência total de chuvas, o que provoca baixas significativas na produção. Constatou-se que a agricultura e pecuária, colecta de frutos silvestres, venda de animais, trabalho assalariado, venda de produtos e de bebidas tradicionais são as formas de sobrevivência encontradas pelos agregados familiares para fazerem face aos períodos de crise, sendo as mais importantes agricultura (19%) e pecuária (15%), (Tabela 2). Este resultado vai de encontro com van Vugt (1992), que sugere que a maior parte das famílias rurais dedica-se a agricultura, tendo a consociação como principal sistema de cultivo. Embora desenvolvam, também outras actividades para assegurar o seu sustento, estas têm menor peso.

Mavodze e Massingir-Velho foram as aldeias indicadas com mais práticas de actividades de sobrevivência. O facto de Bingo ter menor número de vezes mencionadas em estratégias de sobrevivência, pode explicar-se pelo facto de possuir um número reduzido de habitantes e também por ser a aldeia que mais recebe produtos oferecidos.

5.1.1 Actividade Agrícola

A sobrevivência das comunidades vivendo nesta áreas é assegurada pelo recurso ao desenvolvimento de actividades agrícola, criação de gado e venda de gado (Tabela 2).

A agricultura (19%) é apontada pela maior parte dos agregados familiares como sendo a principal actividade que proporciona alimentos para as famílias destas aldeias e, a sua prática, depende basicamente da mão-de-obra familiar e das várias formas tradicionais de ajuda mútua.

Grande parte das famílias dedica-se a prática da agricultura para o consumo, exceptuando a aldeias de Mavodze (8%) e Massingir-Velho (5%) que para além de consumirem, também vendem alguns dos produtos resultantes da actividade agrícola. Estas actividades produtivas foram mencionadas por Pijnenburg et. al. (2000), quando se referia as comunidades rurais no sul de Moçambique, que optam por várias estratégias para satisfazer as suas necessidades do dia-a-dia (Tabela 2).

O milho, amendoim, feijões, batata-doce, abóbora mandioca e hortícolas são as culturas mais comuns nestas aldeias. As culturas que ocupam maiores áreas, tanto em Mavodze como em Massingir-Velho e Bingo, são o milho, amendoim e feijões (Tabela 3).

O principal sistema de produção é a consociação de culturas pois, permite um maior aproveitamento da força de trabalho, garante a segurança alimentar e funciona como uma estratégia para reduzir riscos, principalmente, nos anos de estiagem, o que confirma que as estas famílias dedicam-se agricultura como a fonte básica para a sua sobrevivência.

Os dados colhidos no campo coincidem com contidos no relatório da IUCN (2000), no qual é apontado o milho, amendoim, feijões, abóbora, batata-doce e mandioca como as principais culturas praticadas por estas comunidades (Tabela 3). Entretanto, para minimizar os efeitos da seca, foram introduzidas as culturas da rama de batata-doce de polpa alaranjada e de estacas de mandioca que, para além de aproveitarem a humidade das zonas mais baixas, são resistentes à seca.

Não foi possível medir o tamanho das machambas, nem os próprios entrevistados souberam dizer, com exactidão, a extensão das suas áreas de cultivo. No entanto, o que ficou claro é que as parcelas eram de reduzidas dimensões devido a alta concorrência

dos espaços ao longo das margens dos Rios Shinguedzi e dos Elefantes. Nestas parcelas cultiva-se principalmente , milho consociado com amendoim

Em média, são cinco machambas por família. Contudo, este número pode variar de 1 a 8 machambas, sobretudo para aqueles chefes de agregados familiares com mais do que uma mulher.

5.1.2 Actividade Pecuária

A produção pecuária é feita em pequenos núcleos de animais de diferentes espécies, dos quais se destacam os bovinos, caprinos e aves (**Tabela 4**), sendo a criação de bovinos (44%) a que mais se destaca. Estes animais têm um papel sócio-económico muito importante, pelo contributo que dão em termos proteícos (na dieta alimentar das famílias), geração de rendimentos (venda dos animais), uso destes em cerimónias (lobolo, missas e outros rituais) e prestação de serviços (tracção animal).

Dados colhidos por Pijnenburg (2000) no sul de Moçambique, indicam que entre os agregados mais pobres, a criação de animais é vista como uma solução para os problemas quotidianos, uma vez que vendidos os animais, se pode conseguir algum dinheiro para custear os encargos decorrentes com a educação, saúde, alimentação, cerimónias, lazer, entre outros. Outros agregados tendem a manter os animais como poupanças, ao invés de melhorarem o seu nível de vida. Esta poupança acaba sendo proporcional ao efectivo de animais possuídos.

5.1.3 Actividade Florestal

A actividade florestal (uso e aproveitamento de recursos florestais) faz parte do grupo de actividades não agrícolas que é praticada em todas as aldeias. Dos 52 agregados entrevistados, todos foram unânimes em afirmarem que usavam o recurso floresta para o seu dia-a-dia (**Tabela 6**).

Os recursos florestais são basicamente usados por grande parte dos entrevistados para a obtenção de estacas e tiçagem de capim para a construção de casas, celeiros, currais e

como combustível doméstico (lenha e carvão) e, para acederem a estes recursos, as comunidades percorrem longas distâncias, fruto da intensa actividade agrícola praticada nas imediações das zonas residenciais. É de salientar que estas comunidades nunca comercializaram produtos florestais, quer madeireiros (madeira, postes, estacas, lenha, carvão), assim como não madeireiros (capim, medicamentos, frutos silvestres e outros). Matakala e Mushove (2001), confirmam esta constatação e, com a implantação do PNL, estão sendo estudados mecanismos para que estas comunidades continuem a usufruir desses recursos.

O desenvolvimento das actividades artesanais e carpintaria, que não são praticadas na zona, pode ser um grande potencial para atrair novas zonas de reassentamento, para o fomento de ecoturismo, o que contribuiria para aumentar as fontes de rendimento destas famílias. De salientar que os artesãos são a parte mais importante dos recursos naturais.

Os serviços florestais deste e outros distritos abrangidos pelo Projecto do PNL sempre proibiram a exploração comercial destes produtos nas áreas que agora fazem parte do parque. Em períodos de muita fome estas famílias tem recorrido a recolha florestal, isto é, a colecta de frutos silvestres para a sua alimentação, assim como tiram ervas para o seu uso (exemplo: Raízes de tuberculos que são fervidas para o consumo).

5.1.4 Poupança em Espécie (animais e produtos)

A poupança em espécies é materializada com produtos da machamba (normalmente milho, feijões e mandioca) e criação de bovinos e aves (Tabela 7). Do universo de 52 entrevistados, 21 dos que poupam produtos da machamba, afirmaram que usavam produtos provenientes das suas machambas e os restantes 31 afirmaram que compravam na época da colheita, altura em que os preços são mais baixos.

A nível das aldeias a criação de gado bovino é a mais destacada (44%), sendo a criação de aves a menos preferida pelos agregados familiares (15%), por estas serem sensíveis a temperaturas elevadas. O cuidado pelo gado bovino é da inteira responsabilidade do

homem (chefe da família). Este, por sua vez, atribui a seus filhos a tarefa de pastagem, independentemente do possuidor do gado ser um homem ou uma mulher.

A poupança em espécie é feita individualmente (por família) e a troca de produtos entre os agregados familiares é frequente nestas aldeias. Os produtos poupados são normalmente vendidos (40%) quando os preços oferecidos no mercado são mais atractivos ou em casos de imprevistos nas famílias (doenças, falecimentos, entre outros). Caso tenham dificuldades na comercialização dos produtos, normalmente pedem dinheiro aos vizinhos ou familiares.

5.1.5 Segurança Alimentar

A segurança alimentar só é possível através da produção de comida para o auto-sustento ou através da geração de rendimentos monetários, fora do sector primário, para a compra de comida.

Duma forma geral, em quase todas as aldeias visitadas, os agregados familiares apontaram para a agricultura como sendo uma das formas de acesso aos alimentos. De referir que as famílias não dependem apenas da agricultura; contam também com outras fontes, tal como ilustra a (Tabela 8), a maior parte destas comunidades respondeu positivamente aos critérios (alimentação adequada, acesso aos meios de produção e recursos), apresentados por Vijfhuizen (2000), que vê a necessidade alimentar como um factor fundamental para o desempenho de actividades normais e vitais com dignidade.

A distribuição de ajuda alimentar é feita pelo PMA no seu programa comida pelo trabalho e pela distribuição de sementes e utensílios. É de notar que as aldeias de Bingo (11%) e Massingir-Velho (11%) registam um baixo índice de acesso à alimentos através da compra de produtos e trabalho assalariado apontando-se como razão o facto destas comunidades estarem significativamente afastadas da vila de Massingir e a não existirem lojas onde os produtos podem ser comprados (Tabela 8).

Nestas aldeias existe o hábito dos homens se deslocarem à vizinha África do Sul, a procura de trabalho, através do qual ganham dinheiro, visto constituir o local mais próximo que absorve alguma força de trabalho assalariada, cujo rendimento permite cobrir uma parte adicional das despesas familiares. As remessas (15%) são uma fonte de salvação importante nos períodos de fome (Tabela 8). Este aspecto é muito importante segundo Ellis (2000), porque o capital financeiro permite que as pessoas usem os recursos financeiros para alcançar os objectivos dos meios de vida, como é o caso das remessas.

5.1.6 Formas de acesso a terra

Antes da implantação do Parque, grande parte dos agregados detinham a posse da terra para o desenvolvimento da actividade agrícola através do desbravamento da floresta, por herança ou até mesmo por direito adquirido por ocupação pois, não existiam restrições, no local, em relação ao seu acesso nem em relação ao aproveitamento dos recursos que nela se desenvolvem. A (Tabela 9) apresenta as formas de acesso à terra. No entender de Ellis (2000), a terra é um capital natural muito importante, porque é basicamente usada para a vida da população pois, é a partir dela que se obtêm os alimentos para a subsistência das famílias.

Neste momento o Parque está em processo de elaboração do seu Plano de Maneio que servirá de base para o seu desenvolvimento. Há necessidade do governo reconhecer o direito de uso e aproveitamento da terra pelas comunidades, as políticas de reassentamento e a importância de assegurar que as comunidades se beneficiam do desenvolvimento do Parque, bem como identificar a natureza e a extensão desses benefícios.

Para estas comunidades, a implantação do PNL, poderá desincentivar a ida dos seus filhos para a vizinha África do Sul pois, poderá gerar empregos e auto-empregos através da criação de infra-estruturas e serviços, condicionando a movimentação para a África do Sul ao local de reassentamento e ao emprego, evidentemente.

5.1.7 Formas de Ajuda Mútua

As formas de ajuda mútua têm como base o princípio da reciprocidade: ajudar hoje, para amanhã poder ser ajudado. As principais formas de ajuda mútua praticadas pelas comunidades de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho estão ilustradas na (Tabela 10). Estas formas de ajuda mútua são muito importantes nas estratégias de sobrevivência das famílias rurais e as mais mencionadas pelas comunidades em estudo foram “Tsimá” (67%), “Cofunana” (23%) e “Tsone” (10%). O “Tsone” não é praticado por muitas famílias, por não ser costume da zona.

A avaliar pelo número de vezes mencionadas, Mavodze é a aldeia onde mais se praticam as formas de ajuda mútua, seguida de Massingir-Velho e Bingo.

Estes resultados e a escolha de cada uma das formas de ajuda mútua resultam da relação de confiança que se desenvolve no seio dos agregados que até permite a cedência de instrumentos de trabalho, recebendo em troca apoio em mão-de-obra pois esta é a forma mais fácil de retribuição a nível familiar e também por ser sempre solicitada para fazer face ao apoio necessário em épocas normais bem como em períodos de pico. Estes resultados reforçam a afirmação de van Vugt (1992), sobre as formas de ajuda mútua que constituem o mecanismo de apoio mútuo usado como uma estratégia de sobrevivência, na medida em que são vistas como um meio para minimizar os riscos.

Entretanto, com o projecto do Parque estas formas de ajuda mútua correrão risco de sua manutenção, devido a dispersão das comunidades, visto que este processo levaria muito tempo até que estas comunidades ganhem confiança entre elas.

5.2 Percepção das Comunidades sobre a Implantação do PNL

As áreas protegidas foram originalmente estabelecidas sem ou com pouca atenção para as comunidades locais. Estas comunidades, ao serem excluídas do processo de consulta do estabelecimento do PNL e a não indicação de alternativas até ao presente momento, faz com que elas não prevejam o usufruto comunitário dos benefícios fiscais e outros do Estado, nem a possibilidade da partilha de benefícios (rendimentos e lucros), entre os investidores e operadores privados e as comunidades, em regime de co-propriedade ou de parceria na forma de sociedades de pessoas pois, até ao presente momento, a única

indicação que é dada às comunidades é em relação a sua retirada do local sem qualquer outra indicação.

Este procedimento desvirtua por completo um dos propósitos do PNL, o de contribuir para a redução da pobreza absoluta através da transformação de um conjunto de famílias rurais (comunidade local) em unidades de carácter empresarial ou de trabalhadores assalariados que, rapidamente aumentam a produção de riqueza.

Agora está em curso o processo de revitalização dos órgãos locais, que envolvem líderes comunitários e estruturas tradicionais. Esta organização só tem sentido onde a comunidade se insere ou estiver inserida. Ao se transferir estas comunidades para outros locais, o mecanismo de exercício do poder pode ressentir-se de alguma fragilidade pois, o líder comunitário é uma pessoa que tanto pode unir para melhor exercer o poder ou separar para dificultar o desenvolvimento de qualquer processo, na sua zona jurisdição; eles não iriam aceitar uma situação que reduzisse o seu protagonismo.

Tendo em conta estas e muitas outras mudanças que possam ocorrer, o posicionamento quase que generalizado destas comunidades é o que se transcreve na (Tabela 11), que se segue:

Tabela 11: Opinião das Comunidades Sobre a Implementação do PNL

Opinião	N = 52
1. Não estamos de acordo com o estabelecimento do PNL	5 (10%)
2. Muito pouco sabemos sobre os objectivos do PNL	4 (8%)
3. Não sairemos daqui	5 (10%)
4. Podemos propôr os limites do PNL	2 (4%)
5. O PNL tem o seu programa e nós não nos opomos a isso, mas as relações com as autoridades têm que melhorar	4 (8%)
6. Esperamos que o Parque venha empregar os nossos filhos	5 (10%)
7. Haverá restrições no uso e aproveitamento dos recursos naturais, devido a redução das áreas comunais	6 (12%)
8. O PNL não tem nenhum impacto nas nossas vidas, porque em nada nos beneficiará	3 (6%)
9. O PNL não é bem vindo! Somos proibidos de caçar, pretendem nos tirar da nossas aldeias e os animais selvagens invadem as nossas machambas	3(6%)
10. Queremos garantias de compensação em casos de invasão dos animais	2(4%)
11. Em caso de transferência o PNL deverá criar melhores condições nas áreas de reassentamento	3(6%)
12. Receamos que haja uma perda de poder e direito de dirigir as cerimónias tradicionais (líderes e chefes tradicionais)	2(4%)
13. Os gestores do PNL só falam em tirar-nos daqui, mas nunca falam das zonas de reassentamento	4(8%)
14. As instituições que operam em parceria com o Parque deveriam criar faciliddaes de empréstimos em dinheiro às comunidades para promoverem culturas de rendimento	4(8%)

Pode-se concluir que estas comunidades não concordam com algumas medidas de controle estabelecidas pelas autoridades de conservação do PNL como restrições no uso e aproveitamento dos recursos naturais(12%), devido a redução das áreas comunais, a proibição de caça (6%) e, nenhuma delas está interessada em retirar-se das suas zonas (10%), podendo aceitar, sob pressão e/ou sob regime de compensações, o que significaria uma alteração no seu modo de vida e da organização tradicional da

comunidade. Os agregados familiares não estão satisfeitos com o desenvolvimento do Parque em termos de funcionamento pois, ainda não sentiram os benefícios e esperam que esses sejam em infra-estruturas e sociais, tais como emprego, escolas, postos de saúde, estradas, mercados, água potável e energia eléctrica e com a prática do turismo, que poderão criar possibilidades para a venda de artesanato, permitindo deste modo um rendimento extra para o sustento dos agregados. Entretanto, exprimem a sua determinação em continuar a cultivar nas margens dos Rios Shinguedzi e dos Elefantes, porque os solos são férteis.

As comunidades estão conscientes de que um bom relacionamento com as entidades do Parque depende da sua cooperação e colaboração nos programas do Parque. Também manifestam a sua satisfação com o mapeamento de uso de recursos naturais em curso, mas isso só são actividades iniciais, que devem ser seguidas por muitas outras.

É pois necessário, em algum momento deste processo, dedicar alguma atenção à participação comunitária na exploração económica da fauna bravia, na promissora indústria turística, a partir do uso e aproveitamento dos recursos, sejam eles os animais, árvores, solo e outros, que juntos estão ligados à exploração da terra.

5.3 Avaliação da Contribuição das Actividades Desenvolvidas por algumas Instituições e pelo Governo envolvendo as comunidades

5.3.1 Caracterização das Instituições e suas Actividades nas Comunidades

As instituições a operarem nas aldeias de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho são o Governo Distrital, UIP, UICN, ORAM, AWF, FNP e Cáritas, tendo algumas destas surgido no âmbito da implementação do projecto do PNL. Estas instituições pretendem contribuir para melhoria das condições de vida das comunidades, através da sua capacitação para tomarem um papel mais activo nos processos de planificação e desenvolvimento do parque. Para avaliar a contribuição destas instituições foram escolhidos três parâmetros: (i) objectivos, (ii) actividades e (iii) métodos de trabalho,

como dispositivos que procuram estabelecer normas e regras de funcionamento de cada instituição.

A seguir dá-se a conhecer, numa forma resumida, as actividades desenvolvidas por algumas instituições (**quadro 3**) e pelo Governo envolvendo as comunidades.

5.3.1.1 Governo Distrital

Ao nível distrital, a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem desempenhado um papel preponderante no Distrito de Massingir na ligação entre os serviços de floresta e fauna bravia, mais concretamente no que diz respeito a fiscalização das espécies faunísticas e o desbravamento da floresta para fins agrícolas. Esta direcção tem desenvolvido campanhas de sensibilização das comunidades no sentido de introduzir estacas de mandioca e rama de batata-doce de polpa alaranjada nos períodos mais críticos.

Este distrito tem um forte potencial para a actividade pecuária devido as grandes áreas para o pasto. Por isso, os serviços distritais de pecuária, em coordenação com as estruturas de saúde do distrito, têm intensificado a educação sanitária na área de estabulação de animais, vacinação do gado e na organização e promoção de feiras de animais. Também tem feito campanhas de sensibilização no sentido de introduzirem culturas resistentes a seca.

As direcções distritais de educação e saúde formam agentes comunitários de saúde, assim como passarão a envolver-se nos programas de reassentamento das comunidades, uma vez que nas zonas de reassentamento se antevê a construção de infra-estruturas locais.

5.3.1.2 Unidade de Implementação de Projecto -UIP

A UIP trabalha com financiamento do Banco Alemão de Desenvolvimento em parceria com o Governo e ONG's e funciona como gestora do projecto, com a responsabilidade de gerir os recursos do parque.

No âmbito do Plano de Maneio do PNL, foram criados e desenvolvidos seis programas, nomeadamente: (i) Programa de Gestão e Administração, (ii) Comunitário, (iii) Turismo,

(iv) Segurança, (v) Transfronteira e (vi) de Pesquisa e Monitoria. Dado o interesse particular do trabalho, é apenas feita referência ao programa comunitário, que tem desenvolvido trabalhos de informação e mobilização das comunidades, estabelecimento de comités do parque em cada aldeia e realização de seminários de gestão de conflitos.

Dentro do programa comunitário, a UIP tem desempenhado um papel preponderante, na medida em que faz entender as comunidades sobre a necessidade de conservar os recursos em benefício próprio, mobilizar e sensibilizar o uso sustentável dos mesmos.

No âmbito do envolvimento das comunidades, foram criados comités comunitários a fim de servirem de elo de ligação entre a UIP e as comunidades. O governo intercedeu na criação de um fórum de ONG's para facilitar a comunicação e harmonização das actividades, fluxo de informação e evitar a sobreposição de determinadas actividades e realiza seminários. Cada comité tem 6 membros, escolhidos pela comunidade, que são responsáveis pela sua área ao nível de cada aldeia.

Quadro 3: Características Fundamentais de cada Instituição

Instituições	Objectivos	Actividade
UICN	Assegurar o uso equitativo e sustentável dos recursos naturais e ecológicos; Facilitar e fortalecer a conservação da biodiversidade.	Mobiliza as comunidades a participarem nas iniciativas de conservação das áreas transfronteiriças e promove o envolvimento das comunidades na gestão dos recursos existentes na zona. Método: Seminários e entrevistas
ORAM	Organizar e divulgar, no seio das comunidades rurais, a Lei Sobre o Uso e Aproveitamento dos Recursos Naturais, com maior atenção para a terra.	Organiza e consciencializa as comunidades sobre os seus direitos e deveres à luz da legislação vigente sobre a terra, manejo comunitário dos recursos naturais (floresta e fauna) e seus limites de exploração. Certificação das áreas comunitárias como forma de garantir a posse de terra. Método: Campanhas de sensibilização, organização das comunidades e seminários em língua local
AWF	Trabalhar com a comunidade nas áreas de conservação e turismo, bem como na gestão dos seus recursos naturais.	A AWF dedica-se essencialmente às áreas de conservação, gestão de recursos naturais e turismo, sensibilizando as comunidades a terem em conta o uso destas áreas em estreita parceria com o sector privado e participa nas negociações sobre a resolução de conflitos. Método: Seminários e entrevistas
FNP	Conservar de uma forma geral os recursos naturais com o envolvimento das comunidades locais; Dar a conhecer o valor dos recursos naturais pela população.	Elabora programas de capacitação das comunidades afectadas pela implementação do Parque. Participa em seminários de capacitação das comunidades organizados por outras instituições. Método: Seminários de capacitação e entrevistas
CÁRITAS	Apoiar as iniciativas comunitárias na área de gestão dos recursos naturais; Sensibilizar as comunidades sobre as vantagens e desvantagens da prática de queimadas e do abate indiscriminado de árvores.	Trabalham com os mais desfavorecidos, ajuda-os a ser construtores da sua própria história e do seu próprio desenvolvimento. Actua no PNL como força motora de caridade, nas áreas de educação, saúde, água, agricultura e participa na prevenção e aconselhamento sobre o HIV/SIDA. Método: Seminários e formação

Observações

De acordo com o (Quadro 3), as actividades desenvolvidas pelas instituições que actuam no PNL procuram satisfazer directa e indirectamente as preocupações das comunidades em estudo, embora a (Tabela 11), sugira que estas actividades, até ao presente momento (finais de 2004), tais objectivos continuam longe de serem atingidos pois, houve uma aparente falha das entidades do PNL, ao excluírem as comunidades dos vários programas, o que terá contribuído negativamente nas relações entre as partes (comunidades e Parque). O único aspecto que tem merecido um tratamento adequado, quanto ao futuro das comunidades afectadas, é o seu reassentamento das comunidades afectadas; entretanto, não está clarificada a forma segundo a qual estas comunidades poderão beneficiar-se das operações de turismo, criação de emprego e de desenvolvimento dos recursos humanos, uma vez que nestas o índice de escolaridade é bastante baixo.

A intervenção destas instituições no Parque visa impulsionar o envolvimento e capacitação das comunidades na medida em que à elas atribuem os direitos e responsabilidades sobre o uso e conservação sustentável dos recursos naturais. A primeira avaliação que se faz a esta participação é positiva, uma vez verificarem-se mudanças de atitude no seio das comunidades, no que concerne ao grau de participação destas no processo de manejo e gestão dos recursos naturais, bem como na redução dos potenciais conflitos entre os diferentes actores. Também têm desenvolvido capacidades e habilidades locais na normalização de conflitos de limites de terra para agricultura, promoção de feira de sementes e animais. Estes aspectos aqui apresentados, podem ser confirmados pela candidata que teve a oportunidade de avaliar a situação no terreno.

A Unidade de Implementação do Projecto desenvolveu seis programas, sendo um deles o comunitário. Este programa desenvolveu actividades de informação e mobilização das comunidades, estabeleceu os comités do parque em cada aldeia, arrancou com o processo de mapeamento do uso dos recursos, para além do processo de reassentamento em curso. Estas etapas são de particular importância para assegurar a participação da comunidade local na tomada de decisões e esta entenda o projecto de desenvolvimento,

definindo, por si própria, as suas prioridades, indicando os recursos locais de que dispõem, para criar estruturas de gestão tradicional a nível da comunidade.

Entretanto, as comunidades não foram suficientemente informadas sobre o PNL e pouco envolvidas nas actividades futuras do mesmo, o que de certo modo vem contradizer com os critérios estabelecidos por Kanashahu (1996) que realçam a necessidade de adaptação aos conhecimentos locais e fazer uso em grande medida dos recursos locais. Um dos aspectos importantes que poderá contribuir bastante para a sustentabilidade dos projectos é o de usar as iniciativas/projectos sustentáveis tendo como bases fundamentais: 1) uma clara e constante comunicação com a comunidade e 2) um envolvimento activo (participação) na planificação, implementação, monitoria e avaliação das actividades.

Espera-se também, que estas instituições desempenhem um papel preponderante no reassentamento e estabelecimento de infra-estruturas básicas para as comunidades afectadas pelo Parque.

Tabela 12: Opinião das Comunidades sobre as actividades desenvolvidas pelas Instituições

Instituições	Opinião	Total dos entrevistados N=52
IUCN	Realizar mais sessões de mobilização comunitária sobre o uso racional e sustentável dos recursos naturais. Ex: controlo de queimadas descontroladas	9 (17%)
ORAM	Dessiminar e divulgar mais a informação sobre a lei de terra	11 (21%)
AWF	Apoiar ainda mais o fortalecimento das capacidades locais no uso dos recursos naturais	6 (12%)
FNP	Facilitar ainda mais a informação	5 (10%)
Cáritas	Estabelecer campos de multiplicação rápida de batata-doce de polpa alaranjada e distribuição de estacas de mandioca	9 (17%)
Governo Distrital	Descentralizar mais a interação com a comunidade	6 (12%)
UIP	Coordenar as acções com as comunidades	6 (12%)

A (Tabela 12), ilustra claramente que a maior parte dos entrevistados mostraram-se a favor da continuidade das actividades das instituições na zona. A título de exemplo, 21% dos entrevistados afirmaram categoricamente que a ORAM devia continuar a dessiminar e divulgar mais informação sobre a lei de terra.

Alguns dos entrevistados, por exemplo 10% afirmaram que a FNP deveria facilitar ainda mais informação referente a conservação dos recursos naturais no geral.

Estes resultados mostram no seu todo que as comunidades reconhecem a importância do papel desenvolvido pelas instituições, como forma de contribuir para o desenvolvimento rural destas comunidades.

6. CONCLUSÕES

6.1 Comunidades e suas actividades

1. As comunidades entrevistadas são de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho, apresentam várias estratégias de sobrevivência, como mecanismo tradicional para garantir as condições de manutenção da família e para minimização dos riscos. As actividades tradicionalmente por elas praticadas são: Agricultura, pecuária, venda de animais, venda de bebidas tradicionais, colecta de frutos silvestres, corte de estacas e lenha, construção (casas, celeiros e currais), fabrico de carvão, venda de produtos da machamba, poupança (animais e produtos).
2. O sistema de cultivo mais predominante é a consociação; alguns agregados familiares cultivam o milho em regime de monocultura.
3. O número de pessoas que trabalham nas machambas das famílias é determinado pelo tamanho do agregado familiar e o emprego da mão-de-obra vinda de fora (contratado) é limitado, optando, grande parte das famílias, ao recurso das formas tradicionais de ajuda mútua.
4. As formas de ajuda mútua são muito importantes nas estratégias de sobrevivência das famílias rurais e as mais mencionadas pelas comunidades em estudo foram "Tsimá" e "Cofunana", que são usadas em épocas normais bem como em períodos de crise. Entretanto estas formas de ajuda mútua com o projecto do parque correrão risco de sua manutenção, devido a dispersão das comunidades, visto que este processo levaria muito tempo até que estas comunidades ganhem confiança entre eles.

6.2 Percepção das comunidades sobre a implementação do PNL

1. Para estas comunidades, a implantação do PNL poderá desincentivar a ida dos seus filhos à vizinha África do Sul, pois, o PNL irá gerar emprego e auto-emprego através da criação de infra-estruturas e serviços públicos.
2. É de notar que as comunidades entrevistadas lamentavam o facto de não terem sido ouvidas em relação ao Parque, reiterando por isso, a sua determinação em continuarem a cultivar nas margens dos Rios dos Elefantes e Shinguedzi. Estão conscientes de que um bom relacionamento e um bom envolvimento nos programas do Projecto do Parque depende da sua entrega, cooperação e colaboração com os objectivos do mesmo.
3. Há uma situação aparentemente conflituosa entre os habitantes das aldeias de Mavodze, Bingo e Massingir-Velho e as entidades do Parque, que começa a atingir contornos poucos desejáveis. Por um lado, estão as entidades do Parque que, dia após dia, endurecem a sua posição em relação a retirada da população que reside ao longo do Rio Shinguedzi, alegadamente por esta zona ser considerada a bacia de desenvolvimento ecoturística. Por outro lado, estão as comunidades que reiteram a sua determinação em continuar naquela zona, invocando a abundância de água e solos férteis, ao longo das margens do mesmo rio.
4. No presente momento, está em curso o processo de revitalização dos órgãos locais, que envolve os líderes comunitários e estruturas tradicionais. Esta organização só tem sentido onde a comunidade se insere ou estiver inserida. Ao se transferirem estas comunidades para outros locais, o mecanismo de exercício do poder poderá ressentir-se de alguma fragilidade pois, o líder comunitário é uma pessoa que tanto pode unir para melhor exercer o poder ou separar para dificultar o desenvolvimento de qualquer processo, na sua zona jurisdição; eles não iriam aceitar uma situação que reduzisse o seu protagonismo.

6.3 Avaliação da Contribuição das Actividades Desenvolvidas por algumas Instituições e pelo Governo envolvendo as comunidades

1. No (Quadro 3) as instituições que actuam no Parque, contribuem para o envolvimento e capacitação das comunidades na medida em que estas atribuem às comunidades locais direitos e responsabilidades sobre o uso e conservação sustentável dos recursos naturais, para além de que verificam-se mudanças de atitudes no seio das comunidades, no que concerne ao grau de participação destas no processo de maneio e gestão dos recursos naturais, bem como na redução dos potenciais conflitos entre os diferentes actores.
2. A UIP desenvolveu o programa comunitário, que fez trabalhos de informação e mobilização das comunidades, estabeleceu os comités do parque em cada aldeia, arrancou com o processo de mapeamento do uso dos recursos, para além do processo de reassentamento em curso. É de notar que o facto de o estabelecimento do parque ser um processo complexo e longo, exige-se a criação de um mecanismo de comunicação eficiente a todos os níveis e a participação das comunidades para que o Projecto do Parque seja um sucesso.
3. Aparentemente, as comunidades não foram suficientemente informadas sobre o PNL e pouco envolvidas nas actividades futuras do PNL o que, de certo modo, vem contradizer os critérios estabelecidos em relação a sustentabilidade de projectos por Kanashahu (1996), que realçam a necessidade da adaptação aos conhecimentos locais e fazer uso em grande medida dos recursos locais.

7. RECOMENDAÇÕES.

1. O envolvimento da comunidade nos projectos é um requisito fundamental para que as estratégias de desenvolvimento rural sejam sustentáveis. Não tendo o Parque iniciado com os seus programas estabelecidos, a entrega total destas comunidades para o desenvolvimento do Parque, pode ser limitada, porque o camponês enquanto não tiver a segurança da posse da terra, não se dedicará com afinco para o tal desenvolvimento esperado, isto é, este tornar-se-á estacionário.
2. Ao Governo, para que sejam reconhecidos os direitos comunitários destas comunidades em estudo, e que sejam desenvolvidos esquemas de co-gestão dentro das áreas de conservação (parque), como forma de contribuirem para a segurança alimentar das famílias e minimização de impactos negativos.
3. As instituições a operarem na zona em parceria com o Governo (UIP), devem criar uma parceria mais sustentável que possa trazer mais benefícios para as comunidades e seus intervenientes, onde a médio e longo prazo se pode garantir a continuidade do uso sustentável dos recursos naturais.
4. Para que essa parceria seja sustentável, é necessário que todas as partes conheçam os seus direitos, deveres e responsabilidades, e que se criem condições para a realização de seminários com a população ou/e usem mais agentes comunitários/organizações nacionais, como a União Nacional de Camponeses que ajuda a população a auto-organizar-se cada vez mais.
5. As comunidades afectadas pela implementação do PNL, devem participar activamente nas actividades de gestão do parque, procurando maior parceria com as instituições que actuam na zona.
6. Um dos aspectos importantes que poderá contribuir bastante para a sustentabilidade dos projectos é o de usar as iniciativas/projectos sustentáveis tendo como bases fundamentais: 1) uma clara e constante comunicação com a comunidade e 2) um

envolvimento activo (participação) na planificação, implementação, monitoria e avaliação das actividades.

7. Os dados recolhidos durante o trabalho de campo e apresentados neste documento, até a data (fim de 2004), ainda não podem ser concluídos; entretanto, o actual estudo pode servir como base (base line) para posteriormente ser confrontado com os resultados de estudos futuros que pretendem avaliar o impacto das actividades introduzidas no PNL.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR/PNUD, 1997, Perfil de Desenvolvimento do Distrito de Massingir, Província de Gaza, Maputo.

Artur, L., 1999, ONG's e participação comunitária em Moçambique. O caso da ONG Save The Children (UK) em Mocha-Zambezia- Tese de Licenciatura, FAEF, UEM, Maputo.

Assembleia da República, 2000, Princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos: Lei nº 10/99, Maputo.

Boon, A., 1997, Apontamentos de Extensão Rural, Investigação nos Sistemas de Produção, UEM- FAEF, Maputo.

Carney, D., 1998, Sustainable Rural Livelihoods: What Contribution Can We Make? Department for International Development. London.

Case, D'Arcy D., 1990, The Community's Toolbox: The idea, Methods and Tools for Participatory Assessment, Monitoring and Evaluation in Community Forestry Field Manual 2. FAO, Rome.

Casimiro, I. M., 1986, Transformações nas relações homens e mulheres em Moçambique 1960-1974.CEA-UEM, Maputo.

Dava, et al., 1998, Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: Estudo de caso nas Províncias de Gaza, Nampula e cidade de Maputo, MPF e UEM, Maputo.

DFID, 1999, Sustainable livelihoods guidance sheets, Livelihoods connet@ids.ac.uk.

DDM/ACNUR, 1995, Levantamento distrital para o desenvolvimento, Maputo.

- Eco, U., 2001, Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas, 8ª Edição, Lisboa.
- FAO/PMA, 1996, Crop Assessment Mission, Dados compilados pelo ACNUR, Maputo.
- Ferrinho, H., 1991, Desenvolvimento Rural: Uma metodologia da educação e de organização para acção, ed: Afrontamento, Porto.
- Fórum das ONG's, 2003, Acta sobre o trabalho das ONG's no parque nacional do Limpopo, Macia.
- INE, 1997, Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação, Maputo.
- In Jornal Notícias, 2002, Limpopo liga Três Países num acordo histórico-12/12/02, Maputo.
- International Federation of Agricultural Producers (IFAP), 1990, Sustainable Farming and the role of Farmer's Organizations, CTA, Maputo.
- Kanshahu, A., 1996, Planning and Implementing Sustainable Projects in Developing Countries, Theory, Practice and Economics, AgeBé Publishing, Akmaar.
- Low, J. et al., 1998, Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: Estudo de caso nas Províncias de Gaza, Nampula e cidade de Maputo, MPF e UEM, Maputo.
- MADER, 2000, Abordagem do Desenvolvimento Rural de Moçambique. Maputo.
- MAF/DDM, 1996, Levantamento Doméstico, Gaza, MAF/DDM, Maputo.
- MPF, 1996/1997, Inquérito aos Agregados Familiares, MPF, Maputo.
- MPF, 1998, Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment, MPF, Maputo.

Matakala, P., 1998, Guião para trabalhadores de campo e investigadores em Maneio Florestal Comunitário, UMC-DNFFB, Maputo.

Matakala, P. E Mushove, P.T., 2001, Arranjos institucionais para o maneio comunitário dos recursos naturais: perfis de 42 iniciativas de maneio comunitário dos recursos naturais em Moçambique. Nota Técnica, Projecto GCP/Moz/056/Net, Maputo.

Mushove, P., 1998, Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais- Memórias da Primeira Conferência Nacional sobre Maneio dos Recursos Naturais. DNFFB, Maputo.

Negrão, J., 2001, Posse da Terra e Gestão dos Recursos Naturais pelas Comunidades Locais-Memórias da Primeira Conferência Nacional sobre Maneio dos Recursos Naturais. DNFFB, Maputo.

Nhampossa, D. L., 2004, Revogação do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra por Motivos de Interesse Público, como forma de Extinção do Direito: O Caso Particular do PNL, Trabalho de Diploma, Faculdade de Direito/UEM, Maputo.

Oxfam-GB, 2001, Relatório sobre a Avaliação da segurança alimentar na região sul de Moçambique, Oxfam-GB, Maputo.

Pijnenburg, B. et al., 2000, Estratégias de geração de renda das famílias rurais e suas interacções com o ambiente institucional local, FAEF/UEM, Maputo.

Pijnenburg, B. E Cavane, E., 2000, Métodos e Técnicas de Investigação Sócio-Económico, Apontamentos das aulas, FAEF, UEM, Maputo.

Rodrigues, A., 1994, Sistemas informais (tradicionais) de poupança e Crédito no meio Rural; Crédito Rural, Extra no 14, p. (10-14)

Swales, J. M e Feak, C. B., 2001, Academic Writing for Graduate Students, 3rd Floor, The University of Michigan, Michigan.

UICN, 2001, Consulta sobre o acordo GKG-TFP e levantamento sócio-económico das comunidades da Coutada 16, Maputo

van Vugt, A., 2000, Apontamentos da cadeira de Crédito e Poupança, UEM-FAEF, Maputo.

van Vugt, A., 1992, Estratégias de Sobrevivência: Organização da força do trabalho, Serviços de Extensão Agrária, Ministério da Agricultura, Maputo.

Vijfhuizen, C., 2000, Crédito e Poupança: Segurança alimentar, bem estar e crédito; Módulo 3, UEM-FAEF, Maputo.

Zolho, R., 1998, Princípios de manejo e desenvolvimento das áreas tampão do parque nacional de Gorongosa, DNFFB, Maputo.

ANEXOS

ANEXO 1 - Guião 1 para o Posto Administrativo de Mavodze

1. Informação de Carácter Geral:

Quais são as aldeias pertencentes ao Posto Administrativo de Mavodze?

Quais são as aldeias mais afectadas com a implementação do Parque Nacional do Limpopo?

1.1 Para a exploração das aldeias de Mavodze-sede, Bingo e Massingir Velho

Dados sobre a população:

Número total:

Número de regressados:

Número de deslocados:

Actividades desenvolvidas nas aldeias:

Principais problemas das três aldeias:

Critério de acesso à terra pela população:

Existem conflitos de terra nas aldeias:

Acesso a floresta:

Qual é a utilidade da terra e da floresta nas três aldeias:

Principais fontes de rendimento da população:

Existência de infra-estruturas (saúde/educação) qualidade de serviço e acesso:

Nível máximo de escolaridade leccionado:

Tipo de solos:

Aspectos climáticos:

Quais os tipo de culturas produzidas (rendimento vs subsistência):

Tendência de produção das culturas ao longo do tempo:

Fontes de insumos e meios de produção:

Tipos de alimentos silvestres:

Disponibilidade de alimentos ao longo do ano:

Principais problemas na produção de alimentos:

Principais produtos vendidos e/ou comprados e onde:

Situação das vias de acesso:

Quais são as fontes de água existentes nas aldeias:

Meios de comunicação existentes na zona:

Como é que são geridas as fontes de água no distrito:

2. Actividades Desenvolvidas no Âmbito da Implantação do PNL

O que é que a Direcção Distrital de Agricultura e outras instituições têm feito para

Ajudar as comunidades afectadas?

2.1 Recolha de Opiniões

Principais problemas provocados pela implementação do PNL?

Quais são as medidas tomadas para beneficiar as comunidades?

O que é que as comunidades estão a fazer para a sua sobrevivência?

Qual é a avaliação que se faz das intervenções das ONG's?

ANEXO 2 - Guião 2 para as ONG's em Massingir

1. Para exploração da área de estudo

Quais são os principais problemas da zona?

Como têm apoiado as comunidades no seu dia-a-dia?

Tem desenvolvido actividades em parceria com o governo ou outras instituições?

Quais as principais áreas afectadas com o projecto de implementação do PNL?

Quais os efeitos do estabelecimento do PNL?

Quais as principais fontes de água no distrito?

Como é que são geridas as fontes de água no distrito?

2. Para Recolha de Opiniões

Principais problemas provocados pelo estabelecimento do PNL?

Como é que as comunidades têm reagido às ajudas?

Actividades desenvolvidas para a sobrevivência?

Trabalho desenvolvido pelas ONG's para desenvolver as capacidades locais de forma a adoptar estratégias de sobrevivência que tornem o meio sustentável?

Qual é a avaliação que se faz das intervenções da Direcção Distrital?

Qual é a sua relação com os outros agregados familiares, Governo e ONG's?

Existe na zona alguma associação ou trabalho em grupo? Se sim qual a sua importância na sua vida?

Tem recebido remessas? Em espécie ou em dinheiro? Como tem usado? Quem controla?

De quem tem recebido remessas e de onde?

Em que período tem recebido as remessas (sempre ou nos períodos de crise)?

Tem feito poupança? Como?

Como tiveram acesso a terra?

Qual é a utilidade da terra e florestas para a comunidade?

3. Pesca

Onde fazem a pesca?

Haverá outros lugares de pesca para além do rio? Onde?

Em épocas más pescam em algum outro lugar para além do indicado anteriormente?

4. Caça e Recolecção de Animais

Que tipo de animais caçam/apanham?

Onde são caçados?

Onde abundam/vivem?

5. Água

Quais são as fontes de água que existem na zona? Descreve-as

Onde se localizam?

Para além de beber, cozinhar e lavar, haverá outros usos para a água?

6. Material de Construção

Que tipo de material é usado para a construção?

Esse material serve para outros fins, para além de construção?

Onde é obtido esse material?

7. Uso Recente dos Recursos como Resultado da Criação do PNL

O que é que mudou em termos de uso/acesso aos recursos naturais desde que foi proclamado PNL?

O que acha da implementação do PNL?

Foram informados sobre o projecto de implementação do PNL?

Trouxe algumas alterações na maneira de viver da comunidade?

Que benefício vos traz ou trará o PNL?

Vocês foram informados disso ou foram sabendo através de conversas?

Não acha que está numa zona que põe em perigo a sua vida?

Se tivesse que se mudar daqui, para onde gostaria de ir?

O que lhe falta para sair daqui?

O que gostaria de encontrar no novo local?

8. Outras Informações

Tem acesso a informação? Como?

Como é que são usados os recursos (tem múltipla utilidade)?

Dos três recursos naturais: terra, água e a floresta qual é a mais importante e porquê?

Tem recorrido a outras actividades nos períodos críticos? Quais?

Seus filhos frequentam a escola (qual é a importância desta para a sua vida)?

Quais são os níveis leccionados?

A que distância ficam as instituições de ensino?

Os homens e as mulheres tem recebido cursos de alfabetização?

Porquê é que frequentam o curso de alfabetização?

Na zona existem postos de saúde/hospitais? Se sim estes são acessíveis?

9. Para Recolha de Opiniões:

Quais são os principais problemas sentidos nesta zona?

Quais são os principais problemas provocados pela implementação do PNL?

Como se relacionam os agregados familiares no desempenho das suas actividades (vizinhos, parentes)?

Quais as estratégias de sobrevivência adoptadas pela comunidade nos períodos de seca?

Apoios recebidos pelo Governo e ONG's face a implementação deste parque?

Na sua opinião quais seriam as medidas de apoio a serem tomadas pelo Governo e ONG's nos períodos de seca? Porquê?

ANEXO 4

Tabela 1: Responsabilidade pelas Machambas por A Ideia

Responsabilidade pela machamba	Mavodze *N=24	Bingo *N=9	Massingir-Velho *N=19	Total N=52
Mulher	12 (50%)	5 (56%)	10 (53%)	27 (52%)
Homem	5 (21%)	2 (22%)	3 (16%)	10 (19%)
Ambos	7 (29%)	2 (22%)	6 (32%)	15 (29%)

* Número de agregados familiares por Aldeia

Tabela 2: Principais Actividades Produtivas Desenvolvidas pelas Comunidades

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir-Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Agricultura	4	17	2	22	4	20	10	19
Pecuária	4	17	1	11	3	15	8	15
Venda de bebidas tradicionais	2	8	1	11	1	5	4	8
Ajuda mútua	3	13	1	11	2	11	6	12
Remessas	3	13	1	11	2	11	6	12
Venda de produtos	2	8	0	0	1	5	3	6
Trabalho assalariado	2	8	0	0	2	11	4	8
Poupança	2	8	1	11	2	11	5	10
Recolha florestal	2	8	2	22	2	11	6	12

Tabela 3: Principais Culturas Praticadas pelas Comunidades

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir-Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Milho	8	33	2	22	6	32	16	31
Feijões	5	21	3	33	4	21	12	23
Amendoim	5	21	2	22	4	21	11	21
Batata-doce	2	8	2	22	3	16	7	13
Mandioca	3	13	0	0	0	0	3	6
Hortícolas	1	4	0	0	2	10	3	6

Tabela 4: Principais Animais Criados pelas Comunidades

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Bois	9	38	6	67	8	42	23	44
Cabritos	7	29	0	0	5	26	12	23
Galinhas	4	17	2	22	3	16	9	17
Patos	4	17	1	11	3	16	8	16

Tabela 5: Divisão Social de Trabalho nas Três Comunidades

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	H*	M*	H	M	H	M	H	M
Trabalho doméstico	0	6	0	2	0	5	0 (0%)	13 (25%)
Trabalhos da machamba	2	6	0	2	2	5	4 (8%)	13 (25%)
Construção de casas	6	0	2	0	3	0	9 (17%)	0 (0%)
Derrube de árvores	6	0	3	0	4	0	13 (25%)	0 (0%)

M* - Mulher
H* - Homem

Tabela 6: Utilização dos Recursos Florestais pelas Comunidades

Recursos Florestais	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Lenha	6	25	4	44	8	42	18	34
Carvão	5	21	0	0	0	0	5	10
Frutos Silvestres	5	21	2	22	4	21	11	21
Material de Construção	6	25	3	33	4	21	13	25
Colecta de Mel	2	8	0	0	3	16	5	10

Tabela 7: Poupanças em Espécie

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir-Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Produtos da machamba	10	42	4	44	7	37	21	40
Gado bovino	10	42	2	22	6	32	18	35
Galinhas	3	12	3	33	3	16	9	17
Patos	1	4	0	0	3	16	4	8

Tabela 8: Fontes Alternativas à Agricultura para a Obtenção de Alimentos

Item	Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir-Velho N=19		Total N=52	
		Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Compra de produtos		5	21	1	11	2	11	8	15
Trabalho assalariado		6	25	0	0	0	0	6	12
Troca de produtos		5	21	2	22	4	21	11	21
Oferta de alimentos		3	12	3	33	4	21	10	19
Empréstimos		2	8	0	0	3	16	5	10
Ajuda mútua		0	0	2	22	2	10	4	8
Remessas		3	13	1	11	4	21	8	15

Tabela 9: Formas de Acesso a Terra

Formas de obtenção da Terra	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir-Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Desbravamento da floresta	8	33	5	56	9	47	22	42
Herança	5	21	2	22	4	21	11	21
Ocupação	11	46	2	22	6	32	19	37

Tabela 10: Principais Formas de Ajuda Mútua Praticadas pelas Comunidades

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir-Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Tsima	16	67	5	56	14	74	35	67
Cofunana	7	29	2	22	3	16	12	23
Tsone	1	4	2	22	2	10	5	10

Tabela 13: Problemas Trazidos pelo PNL

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Restrição à caça	12	50	4	44	6	32	22	42
Animais que invadem machambas	6	25	1	11	7	36	14	27
Retirada das comunidades	6	25	4	44	6	32	16	31

Tabela 14: Principal Fonte de água

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Rio	24	100	9	100	0	0	33	63
Fontanário	0	0	0	0	19	100	19	37

Tabela 15: Sexo do chefe do agregado familiar por Aldeia

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Homem	20	83	5	56	10	53	35	67
Mulher	4	17	4	44	9	47	17	33

Tabela 16: Foi devidamente informado sobre o PNL por aldeia

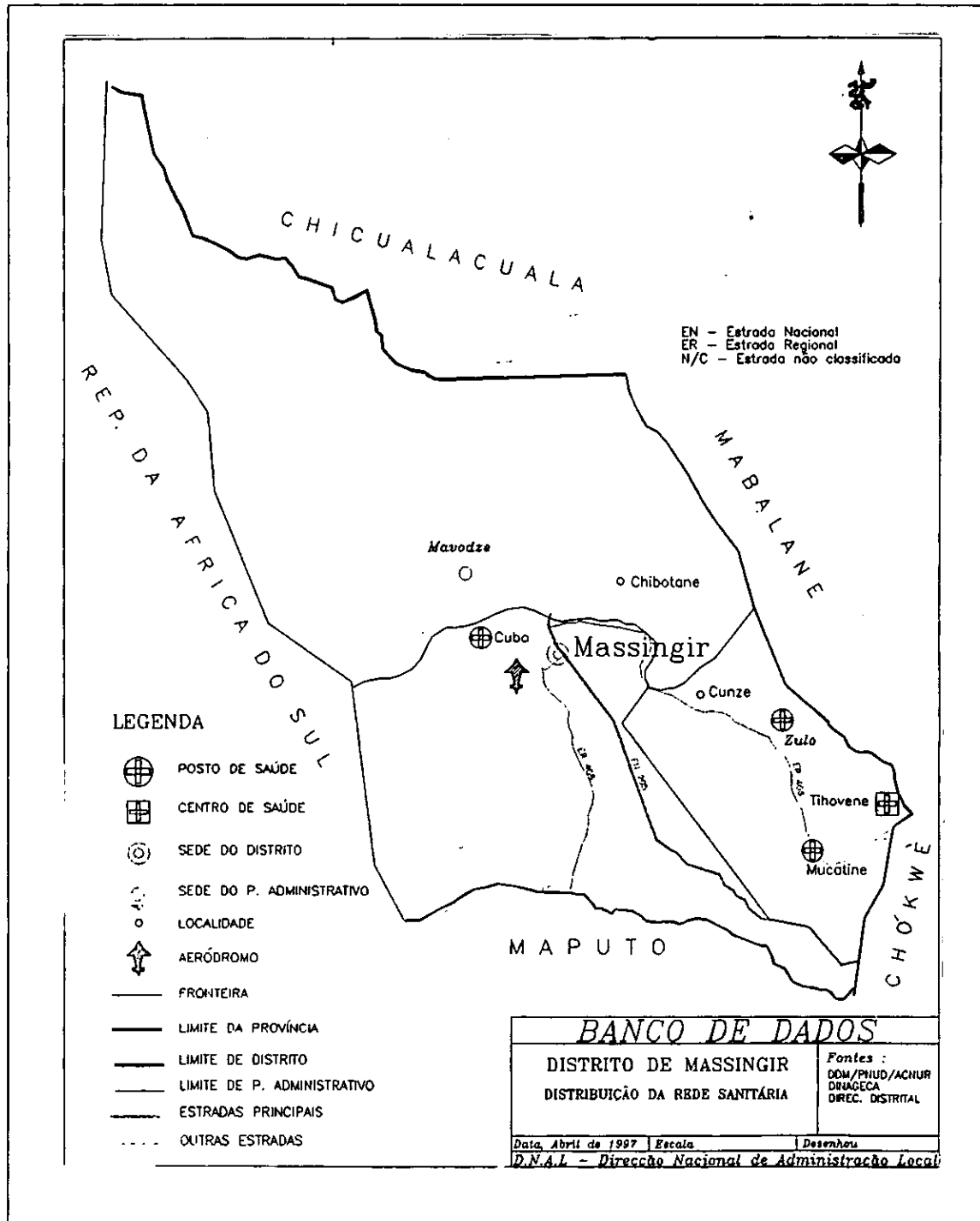
Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Sim	16	67	5	56	14	74	35	67
Não	8	33	4	44	5	26	17	33

Tabela 17: Como é que ouviu falar sobre o PNL

Item \ Aldeia	Mavodze N=24		Bingo N=9		Massingir- Velho N=19		Total N=52	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Reuniões com a comunidade	6	25	4	44	15	79	25	48
Através da rádio	16	67	0	0	0	0	16	31
Através dos chefes	2	8	5	56	4	21	11	21

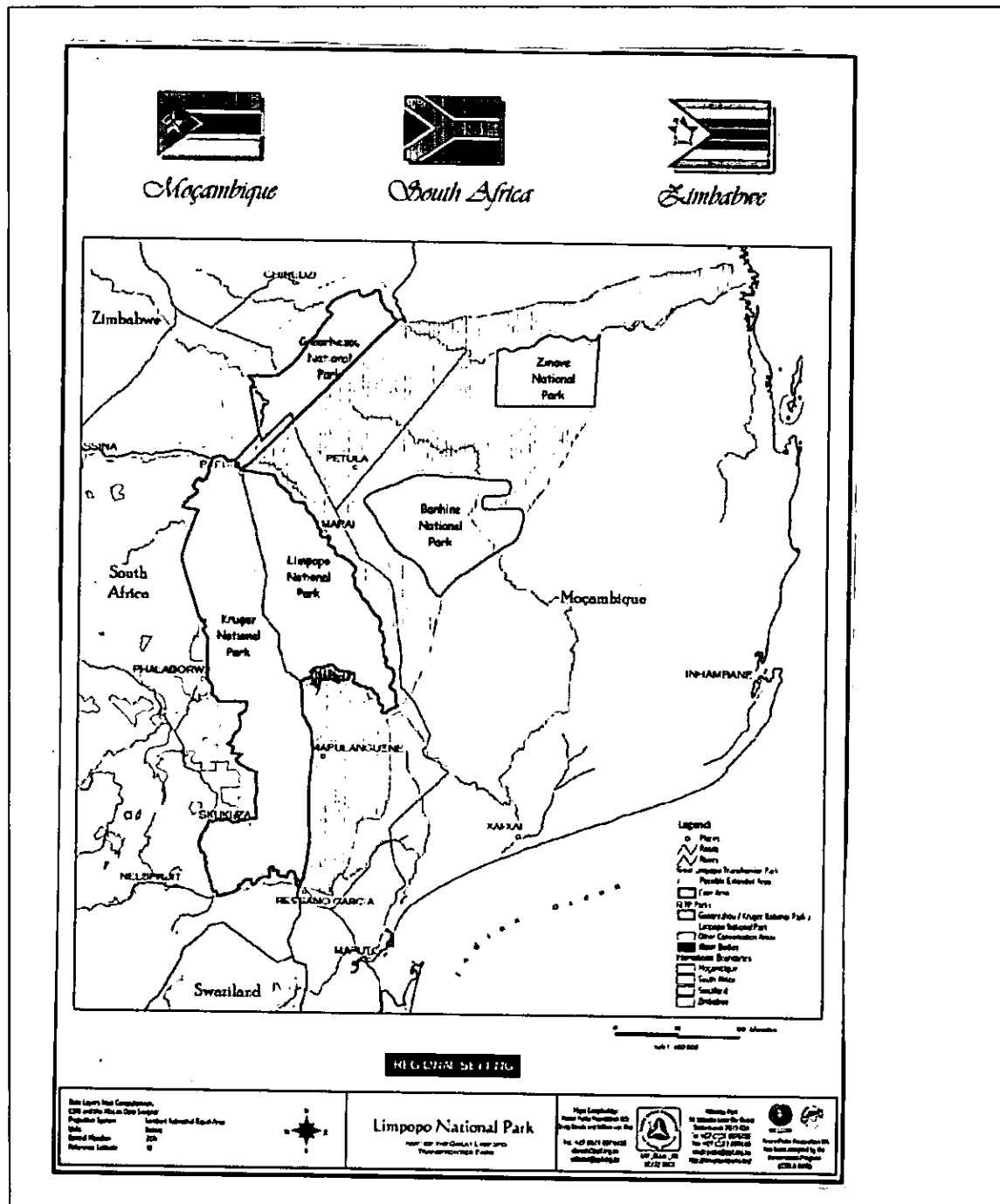
ANEXO 5

Mapa 1: Distrito de Massingir



Fonte: Dinageca, 1997

Mapa 2: Posicionamento Regional do PNL



Fonte: Plano de Manejo e Desenvolvimento do PNL

